



# **Diretriz Curricular da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva da AMARP**

VIDEIRA

DEZEMBRO/ 2019



*“O que eles chamam de nossos defeitos é o que nós temos de diferente deles. Cultivemo-los, pois, com o maior carinho – esses nossos benditos defeitos.*

*Mario Quintana, 2006, p.93*

## FICHA TÉCNICA

**Coordenação Geral:** Humberto Luiz Dalpizzol

**Consultora Educacional:** Marisa Mello

### **GRUPO DE TRABALHO**

Andreza Bertoto

Camila Regina Rostirola

Eliane dos Santos de Souza Andreola

Fabiana Bruschi Barboza Colissi

Jociane Moraes Cachoeira

Luciane Scheffer Gomes

Miria Cardoso dos Santos

Sandra Elisa Muncinelli

Sirleny Sampaio Bortolozo

### **EQUIPE DE APOIO**

Larissa Turcatto

Taíse Zanetti Mondadori Souza

Tatiana Carla Scalabrin

### **AGRADECIMENTO ESPECIAL**

**Secretários Municipais de Educação**

## Sumário

Apresentação .....	6
Introdução .....	9
Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	10
Profissionais e os Serviços Especializados em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas Redes Municipais de Ensino .....	15
O Diretor Escolar .....	16
O Pedagogo .....	17
O Professor da Sala Regular .....	17
O Professor da Educação Especial.....	18
Professor Bilíngue.....	19
Profissional de Apoio Escolar.....	20
Atendimento Educacional Especializado.....	23
Serviço Itinerante .....	26
Serviço Hospitalar .....	26
Serviço Domiciliar .....	27
Sala de Recurso Multifuncional .....	28
Estimulação Essencial .....	32
Atendimentos Complementares .....	35
Fonoaudiologia.....	35
Psicologia .....	36
Psicopedagogia.....	37
Ações Intersetoriais.....	40
Apoio Adequado .....	41
Público Alvo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	42
Deficiência Auditiva .....	44
O Atendimento Educacional Especializado .....	45
Deficiência visual .....	47
Pessoas Cegas:.....	47
Pessoas com Baixa Visão.....	49
O Atendimento Educacional Especializado .....	51
Deficiência Física e Deficiência Múltipla .....	53
Comunicação Aumentativa e Alternativa .....	54

O Atendimento Educacional Especializado .....	56
Deficiência Intelectual .....	57
O Atendimento Educacional Especializado .....	60
Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	61
O Atendimento Educacional Especializado .....	62
Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação .....	65
O Atendimento Educacional Especializado .....	67
Diversidades e Construção de Aprendizagens.....	69
O Currículo .....	70
Base Nacional Comum Curricular .....	71
Adaptações Curriculares .....	74
Conteúdos.....	75
Os Objetivos.....	76
Avaliação.....	76
Avaliações Informais e Formais .....	77
Avaliação Informal.....	77
Avaliação Formal .....	78
Programa Educacional Individual.....	78
Aprendizagem da Leitura e da Escrita .....	79
Linguagem e Comunicação .....	80
Língua Oral e Língua Escrita .....	81
A Linguagem na Escola .....	81
Sistema Alfabético .....	82
Desenvolvimento do Raciocínio Lógico.....	86
Processos Mentais Básicos.....	88
Construção do Número.....	89
Ensinando os Numerais .....	90
Conclusão .....	92
Referencias Bibliográficas.....	93



## Apresentação

O presente documento tem como objetivo nortear as ações pedagógicas dos profissionais da Educação da Região da AMARP, com finalidade de garantir o acesso, a permanência e, sobretudo, a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Por meio da efetivação da Diretriz Curricular da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da AMARP, os municípios esperam cumprir as metas estabelecidas nos Planos Municipais da Educação (2015/2025), bem como o disposto nas legislações nacional, estadual e municipal acerca da Educação Especial.

Na LDB - Lei de Diretrizes e Base em sua atualização de março de 2017, no artigo 58 consta: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

E ainda:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil.

Buscando assegurar esses direitos os municípios que compõe a AMARP reuniram-se em encontros mensais para elaborar as Diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em todos os níveis e modalidades da Educação.

Enfatizamos que neste percurso foram necessários momentos para o diálogo, exposição de ideias e valores, compartilhando experiências e conhecimentos, respeitando a trajetória da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em toda região.

Optou-se pela terminologia Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva para garantir, oportunidades educacionais e valorização das diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos, organizando as práticas políticas asseguradas nos sistemas de ensino, para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem.

O presente documento objetiva organizar parâmetros que nortearão a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como modalidade que perpassa o ensino comum<sup>1</sup>, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos, proporcionando o processo de formação de todos os educandos.

A região da AMARP é formada por descendentes de imigrantes europeus, italianos, alemães e também por povos originários de indígenas, caboclos e quilombolas. Marcada culturalmente por fatos históricos de muitas lutas e dificuldades no percurso do seu desenvolvimento, o mais marcante deles foi a Guerra do Contestado. Pensar e organizar diretrizes educacionais que considerem essa singular história é fundamental.

Baseados no panorama histórico e social, consultamos documentos referenciais, legislações federais, estaduais e municipais, os quais instituíram e

---

<sup>1</sup> Ensino comum: categorizamos como ensino comum aquele que difere do ensino especial no que se refere a condições que possam ser necessárias a alguns alunos que demandam no seu processo de aprendizagem auxílios ou serviços não comumente presentes na organização escolar. Caracterizam estas condições, por exemplo, a oferta de materiais e equipamentos específicos, a eliminação de barreiras arquitetônicas e de mobiliário, as de comunicação e sinalização e as de currículo, a metodologia adotada e, o que é fundamental, a garantia de professores especializados, bem como a formação continuada para os mesmos. (NORONHA; PINTO, 2001)

normatizaram a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o AEE<sup>2</sup> aos educandos com necessidades educacionais especiais.

A organização deste documento compreende a seguinte estrutura: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Profissionais e os Serviços Especializados em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas Redes Municipais de Ensino; Atendimento Educacional Especializado; Atendimentos Complementares; Ações Intersetoriais; Apoio adequado; Público Alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Diversidades e Construção de Aprendizagens; bem como a organização dos serviços e a formação exigida para atuar na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva desta Região.

A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Região da AMARP entende e busca uma educação inclusiva com responsabilidade, respeitando o indivíduo e as suas necessidades específicas. Na atualidade, é retratada pelos paradigmas propostos na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), reforçando as lutas sociais pelo acesso, permanência e direito a educação.



---

<sup>2</sup> Atendimento Educacional Especializado





## Introdução

A escola deve ser um ambiente em que se priorize a ética e os valores de vida, dessa forma não pode educar segregando, pois tem funções políticas, culturais, sociais e pedagógicas.

Diante disso, muitos avanços e desafios são postos diariamente para a educação e conseqüentemente para a escola, um desses é a Educação Inclusiva.

“O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.” (Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-Brasília 2010- pag. 09)

O objetivo é assegurar os direitos destas pessoas o acesso à Educação de qualidade na rede regular de ensino. Garantindo a avaliação acadêmica adequada realizada no ambiente escolar, feita pelo professor; o desenvolvimento de um Programa Educacional Individualizado; organizando a adaptação curricular e garantindo a avaliação diferenciada; progredindo e aumentando a complexidade dos conteúdos de acordo com a aprendizagem de cada estudante.



# Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Em 2008 instituiu-se a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva” da SEESP/MEC. O documento tem como objetivo orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos mesmos. O documento vem resgatar o sentido da Educação Especial expresso na Constituição Federal de 1988, que interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do atendimento educacional especializado – AEE em todas as etapas, níveis e modalidades, preferencialmente no atendimento a rede pública de ensino.

Nesta perspectiva a educação inclusiva valoriza a inclusão dos alunos da Educação Especial em classes comuns, bem como, orientar que a oferta do AEE seja planejada para ser realizada em turno inverso a escolarização.

Considerada como uma modalidade de ensino a Educação Especial cruza toda a Educação Básica, não se caracterizando como um nível de ensino por isso não substitui a escolarização. Assim, os alunos de que trata a Educação Especial devem estar regularmente matriculados e frequentando o ensino comum, e recebendo uma complementação da escolarização nos atendimentos Educacionais Especializados – AEE, ofertada no turno contrário, de acordo com a atual legislação.

A Educação Inclusiva é regulada por várias normas, mas podemos dizer que ela encontra seu fundamento na Constituição Federal de 1988, que determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todos e, também, a oferta de Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente no ensino regular.

O combate à discriminação é fortemente evidenciado em algumas leis, sendo que destacamos o Decreto Federal N.º 3956/2001 que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala) e Decreto Federal N.º 6949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD/ONU/2006.

A Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação N.º 9.394/1996 e a Resolução CNE/CEB N.º 02/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, falam sobre o trabalho com um currículo diferenciado e flexibilizado aos alunos que fazem parte do público alvo da Educação Especial; mas é com o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que mudanças conceituais e estruturais na organização do sistema educacional são instituídas. Entre as orientações para esta mudança estão:

- transversalidade da educação especial desde a Educação Infantil até a educação superior;
- atendimento educacional especializado;
- continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- participação da família e da comunidade;
- acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que tem proporcionado mudanças significativas na organização da escola e na qualidade das respostas dadas às necessidades dos alunos. Além da Constituição Federal de 1988, o AEE está fundamentado nos seguintes documentos:

- Decreto Federal N.º 7611/2011 que dispõe sobre a oferta deste atendimento, como também sobre a distribuição de recursos do FUNDEB no que se refere ao cômputo de dupla matrícula dos alunos, ou seja, a matrícula concomitante no ensino regular e no atendimento educacional especializado;
- Resolução CNE/CEB N.º 04/2009 e Parecer CNE/CEB N.º 13/2009, que estabelecem as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

No caso da educação de surdos, existe a Lei de Libras – Lei Federal N.º 10.436/2002 – que oficializa a Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todo o território nacional; e o Decreto Federal N.º 5626/2005 – que regulamenta a Lei de Libras e o artigo 18 da Lei Federal N.º 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade).

Ainda,

De acordo com documento do Ministério da Educação – MEC intitulado “Orientações Para Implantação da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva” (2015), a universalização do atendimento escolar às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é direito inalienável efetivado através da educação inclusiva. Nesse sentido, as Diretrizes para Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva da Região da AMARP, têm como base legal os seguintes documentos:

- A Constituição Federal – CF de 1988 que consagra, em seu Art. 205, a educação como direito fundamental de todos e assegura, em seu Art. 208, inciso III, o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
- A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo – ONU, 2006, aprovada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo n.º 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto n.º 6.949/2009.
- Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA – Lei N. 8.069/90 – Inciso I do Artigo 53 e III e IV do Artigo 54.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Inciso III do Artigo 4º e os Artigos 58, 59 e 60 da Lei n. 12.796/13 – que altera a Lei Federal n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.
- Resolução CNE/CEB n° 04/2009 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.
- Decreto 7.611/11 que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- O Decreto 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- O Plano Nacional de Educação – PNE – Lei 13.005/2014, em seu Art. 8º, assegura que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”. É de fundamental importância destacar o § 1º desse artigo e o inciso III quando ressalta que os entes federados garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que a define como uma modalidade que perpassa todas as etapas: modalidades e níveis de ensino, ofertando serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e conhecimentos escolares por meio do AEE.

De acordo com os marcos legais, a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva visa o reconhecimento de que todos podem aprender, valorizando as diferenças de idade, sexo, gênero, etnia, língua, deficiência, classe social, condições de saúde ou qualquer outra natureza, a organização de estruturas, sistemas e metodologias de ensino, de modo que permitam atender às necessidades de todos, reconhecendo que é parte de uma estratégia mais abrangente para promover uma sociedade inclusiva, possibilitando a construção de um processo dinâmico que está em constante evolução.

Desta forma, a Região da AMARP adota os princípios de reconhecimento e de valorização da singularidade dos estudantes, do exercício da cidadania, do direito à educação para todos e tem como objetivo:

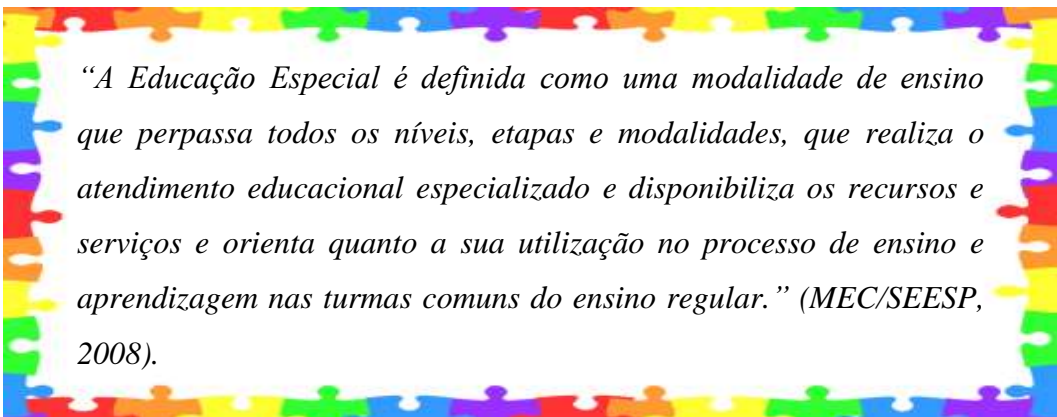
- A construção de uma escola inclusiva a partir de seu projeto político pedagógico, na metodologia de ensino, na avaliação e nas ações que favoreçam a construção de práticas que atendam às diferenças;
- A promoção das condições de acessibilidade do ambiente físico, dos recursos didáticos e pedagógicos e da comunicação e informação, provendo às escolas dos recursos humanos e materiais necessários;
- O compromisso com o processo de identificação de necessidades específicas das crianças, adolescentes, jovens e adultos garantindo o atendimento a essas necessidades no âmbito educacional e a articulação com outras políticas de atendimento da saúde, da promoção social, do esporte e lazer.





# Profissionais e os Serviços Especializados em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas Redes Municipais de Ensino

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva deve integrar a Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação e o Projeto Político Pedagógico da escola, promovendo o atendimento às necessidades específicas dos alunos através do atendimento educacional especializado.



*“A Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que realiza o atendimento educacional especializado e disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.” (MEC/SEESP, 2008).*

Consideram-se serviços de apoio de Educação Especial de acordo com o disposto no Decreto N° 7. 611/2011:

Art. 2° - A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

§ 1º - Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

§ 2º - O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas”.

A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva exige a disponibilidade de profissionais para atuar com o estudante público-alvo, desenvolvendo estratégias que potencializem os processos de ensino e aprendizagem, respeitando o ritmo de desenvolvimento desse estudante.

Destaca-se abaixo quem são estes profissionais e suas atribuições.

## O Diretor Escolar

O gestor da unidade escolar deve ser um conhecedor de toda legislação que assegura ao estudante o atendimento educacional especializado do qual necessita. Cabe a esse profissional zelar pelo encaminhamento a Secretaria de Educação de documentos, ofícios e informações acerca dos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como auxiliar na articulação entre os profissionais da Unidade de Ensino e as famílias dos estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;



## O Pedagogo

O pedagogo tem um papel fundamental em promover a articulação entre os profissionais, as famílias e os estudantes público-alvo da Educação Especial com vistas à aprendizagem significativa do estudante. Nesse sentido, cabe ao pedagogo:

a) planejar, juntamente aos profissionais envolvidos no atendimento ao público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o diagnóstico inicial desses estudantes e o acompanhamento durante sua vida escolar;

b) contribuir na elaboração de estratégias e metodologias com o objetivo de fomentar a ação pedagógica dos profissionais;

c) avaliar o desenvolvimento dos estudantes da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva com os professores de sala regular e especializados;

d) acompanhar com o professor especializado da unidade de referência, no contraturno, o desenvolvimento do estudante, as estratégias e conteúdos realizados no AEE.

## O Professor da Sala Regular

O professor de sala regular, em sua área de atuação, deve mediar os processos de construção do conhecimento, por meio de um ambiente agradável e sem discriminação, com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa tanto do ponto de vista educativo, quanto do ponto de vista social. As atribuições desse profissional são:

a) realizar um diagnóstico inicial dos estudantes público-alvo da Educação Especial, com base nos relatórios dos anos anteriores, a fim de elaborar um plano de ensino a partir da proposta pedagógica da Unidade de Ensino e das adequações curriculares planejadas, considerando estratégias pedagógicas adequadas que visem ao desenvolvimento das potencialidades do estudante;

b) planejar e executar suas aulas com o pedagogo e professor especializado e profissionais de apoio, produzindo materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, que considerem as necessidades educacionais específicas desses estudantes;

c) avaliar permanentemente o desenvolvimento do estudante público-alvo da Educação Especial e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados na sala de aula regular e nos demais ambientes da escola;

d) promover a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas atividades da vida diária de forma autônoma;

e) participar de formações, cursos, seminários, palestras e outras atividades promovidas pela escola, Secretaria Municipal de Educação ou outras entidades, visando ao aprimoramento do seu trabalho junto aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

## O Professor da Educação Especial

O professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, deve ser especialista nas áreas de Deficiência Intelectual/Física/Múltipla/Transtornos Globais do Desenvolvimento, Deficiência Visual, Deficiência Auditiva/Surdez e Altas Habilidades/Superdotação. Portanto, o professor para o AEE, conforme Art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 04/2009, tem as seguintes atribuições:

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes Público Alvo da Educação Especial;

II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais;

IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante;

VII – Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação;

VIII – Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.

## Professor Bilíngue

Várias são as denominações dadas a este profissional na Região da Amarp, sendo elas: Intérprete de Libras, Guia-intérprete, Instrutor de Libras. Independente da denominação, este profissional deverá oferecer suporte e acompanhamento na aprendizagem de estudantes com surdez, usuários da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que não tenham fluência na LIBRAS, nas classes regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O Decreto nº 5626/2005<sup>3</sup> respalda também a obrigatoriedade da oferta da Educação Bilíngue para Surdos em todas as modalidades de ensino.

Dentro do Plano Nacional de Educação<sup>4</sup> também foi incluída a importância da continuidade do trabalho dentro das Escolas Bilíngues, bem como a Libras, dentro do desenvolvimento pedagógico com a sua essência linguística.

---

<sup>3</sup> Decreto nº 5626/2005 : conforme o inciso II do art.14, cap. IV: “as instituições federais de ensino devem ofertar obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino de Libras e também da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos” (BRASIL, 2005).

<sup>4</sup> No Plano Nacional de Educação: item 4, no que se refere a garantias de serviços que visam amplo desenvolvimento da criança surda de forma integral, garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22

## Profissional de Apoio Escolar

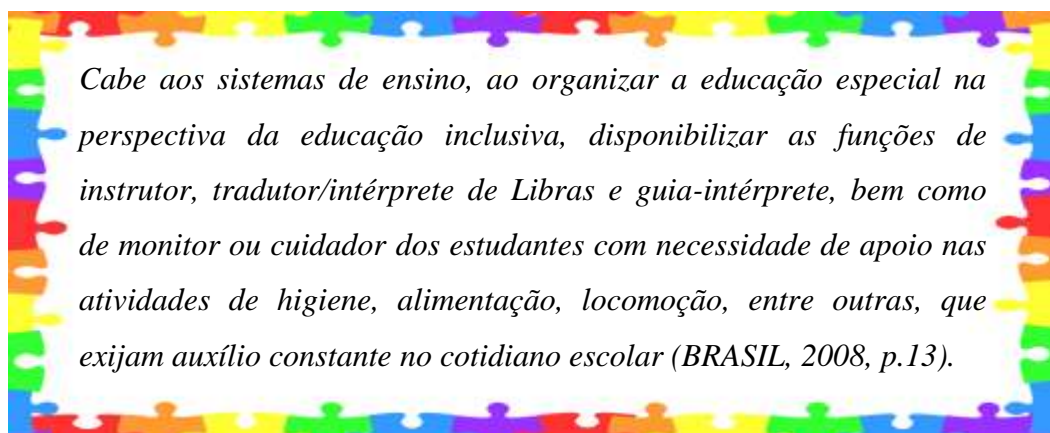
A legislação dos profissionais de apoio escolar nas redes municipais de ensino da Região da Amarp é bastante diversificada e tange as mais diversas nomenclaturas, atribuições e exigências ao cargo. A definição abaixo descreverá o trabalho do: Estagiário, Auxiliar Educacional, Cuidador, Segundo Professor, Monitor, entre outros.

Vale ressaltar que, além do acesso ao ensino regular e com vistas a garantir a permanência dos estudantes nas Unidades de Ensino, é fundamental a atuação do profissional de apoio escolar na organização do ensino regular na Rede Municipal pois este profissional deverá auxiliar os estudantes nas atividades de locomoção, alimentação, higienização e realização de atividades cotidianas no espaço escolar.

No que tange aos aspectos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, em seu Artigo 58, parágrafo 1º, prevê que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial” (BRASIL, 1996).

Já a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, sinaliza a necessidade da presença do cuidador no ambiente escolar, auxiliando aos estudantes com necessidade de apoio constante no cotidiano escolar.

Conforme o referido documento:



---

de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos (BRASIL, 2014).

Assim, com o objetivo de garantir nas Unidades de Ensino a permanência dos estudantes com deficiências que necessitem de cuidados específicos, orienta-se a disponibilização de profissional, conforme a demanda de cada Unidade de Ensino que tenha estudantes com deficiência múltipla e/ou outras deficiências, que necessitem de apoio na realização das atividades de alimentação, higienização e locomoção, comprovado por laudo médico e por relatórios individuais das Unidades de Ensino.

Nesse sentido, o profissional de apoio, em suas mais diversas denominações nas Redes Municipais de Ensino da Região da AMARP deverão:

a) acompanhar e auxiliar o estudante com deficiência severamente comprometido no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ele tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ele somente as atividades que ele não consiga fazer de forma autônoma;

b) atuar como elo entre o estudante cuidado, a família e a equipe da escola, bem como escutar, estar atento e solidário ao estudante cuidado;

c) auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene, bem como estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;

d) auxiliar na locomoção;

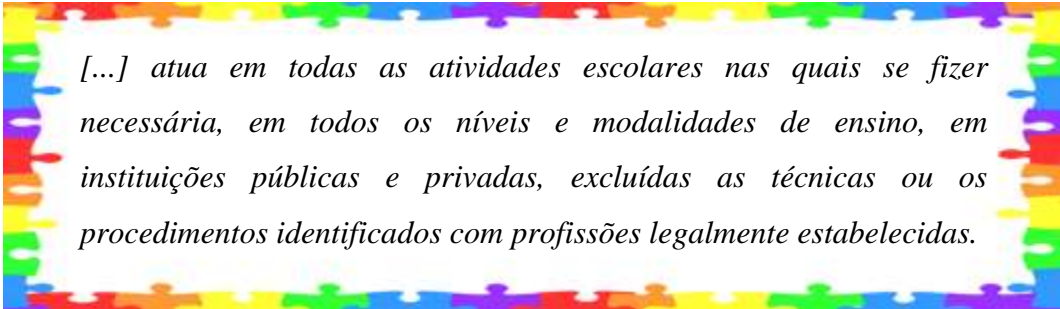
e) realizar mudanças de posição corporal, quando necessário, do estudante com limitações físicas;

f) comunicar a equipe da Unidade de Ensino quaisquer alterações de comportamento do estudante cuidado que possam ser observadas;

g) acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para realização das atividades cotidianas do estudante com deficiência durante a permanência na escola;

h) auxiliar nas atividades extraclasse, recreativas e escolares de acordo com as orientações da equipe técnico-pedagógica e do professor de Educação Especial.

Conforme a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no parágrafo XIII do Art.3º, o monitor como apoio:



*[...] atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.*

Nesse sentido, a organização da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva das Redes Municipais de Ensino da Região da AMARP em consonância com o que propõe a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva deverá disponibilizar o profissional de apoio às Unidades de Ensino que possuem matrícula de estudantes com deficiência intelectual, física e múltipla e transtornos globais do desenvolvimento com severos comprometimentos que necessitam desse apoio nas atividades escolares.

Assim, a função desses sujeitos nas Unidades de Ensino é auxiliar os professores de sala regular que atuam junto a esses estudantes. Desse modo, a atuação do profissional de apoio deve estar sob orientação dos professores de sala regular, professores especializados e pedagogos. A avaliação da atuação e desenvolvimento das tarefas realizadas pelo profissional de apoio é de competência do pedagogo da Unidade de Ensino, com participação do professor de sala regular.

Para melhor contribuir com o processo de aprendizagem desses estudantes, é de suma importância que o profissional de apoio tome conhecimento do planejamento semanal proposto pelo professor de sala regular.

Vale salientar que o processo de apropriação do conhecimento pelo estudante com deficiência intelectual, física e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento é similar a todo e qualquer sujeito. Logo, o seu desenvolvimento se dá nas interações vivenciadas por ele junto à sua turma.

É importante ressaltar que o profissional de apoio não tem função de substituir o professor. De acordo com o Artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 1996).

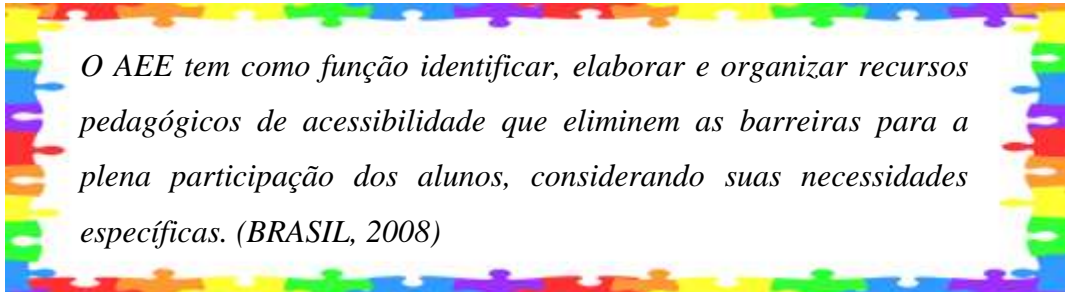
Alguns serviços especializados ganham destaque na Diretriz Curricular da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Região da Amarp. São eles:

## Atendimento Educacional Especializado

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade com fins de eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

O Atendimento Educacional Especializado deve ser disponibilizado na rede regular de ensino, no contraturno, com o objetivo de complementar ou suplementar o processo de aprendizagem dos estudantes, não configurando como ensino substitutivo nem como reforço escolar.

O AEE deve integrar o Projeto Político da escola do ensino regular, compondo uma proposta de trabalho com foco na Educação Inclusiva.



*O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (BRASIL, 2008)*

Esse atendimento não substitui a escolarização; o aluno deverá estar matriculado e cursando o ensino regular e no turno inverso, matriculado frequentando o AEE. A matrícula realizada concomitantemente no ensino regular no AEE é contabilizada duplamente no âmbito do FUNDEB.

O AEE deverá contar com professores que possuam conhecimentos específicos, de acordo com o artigo 12 da Resolução CNE/CEB N.º 04/2009. Os professores que atuam no AEE devem ter uma formação inicial com habilitação para docência e uma formação específica para a Educação Especial. Porém, para atender as diferenças e necessidades dos alunos, é necessário que vários conhecimentos sejam colocados em prática pelo professor. Por exemplo, para atuar com alunos surdos os

professores devem ter fluência em Língua Brasileira de Sinais-Libras, com alunos cegos é necessário o conhecimento do Braille e do soroban, com alunos com deficiência física conhecer os recursos de tecnologia assistiva, entre outros.

O papel do professor do AEE não deve ser confundido com o papel dos profissionais do atendimento clínico, embora possa estabelecer articulações com profissionais da área da saúde. Para a organização e planejamento do trabalho do professor do AEE, articulado com o professor que atua no ensino regular, é importante a elaboração do plano de atendimento educacional especializado.

### ROTEIRO PARA PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A. **Plano de AEE:** são as ações desenvolvidas para atender as necessidades do aluno. São específicas do AEE para que o aluno possa ter acesso ao ambiente e conhecimentos escolares de forma a garantir com autonomia o acesso, a permanência e a participação do mesmo na escola.

1. Objetivos do plano:

2. Organização do atendimento:

- Frequência (número de vezes por semana para atendimento ao aluno):
- Tempo de atendimento (em horas ou minutos):
- Composição do atendimento: ( ) individual ( ) coletivo
- Período de atendimento: de \_\_\_\_\_ (mês) a \_\_\_\_\_ (mês)
- Outros: \_\_\_\_\_

3. Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao aluno:

4. Seleção de materiais a serem produzidos para o aluno.

5. Adequações de materiais: liste os materiais que necessitem de adequações para atender às necessidades do aluno (exemplo: engrossadores de lápis, papel com pautas espaçadas, outros).

6. Seleção de materiais e equipamentos que necessitam ser adquiridos: liste os recursos materiais que precisam ser encaminhados para compra e/ou que já existem na sala de recursos multifuncional.

7. Tipos de parcerias necessárias para aprimoramento do atendimento e da produção de materiais: Ex.: costureira para fazer uma calça com enchimento para trabalhar com a criança, marceneiro para fazer a base de madeira de uma tesoura acessível, terapeuta ocupacional para produzir os talheres acessíveis, entre outros.



8. Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE sobre serviços e recursos oferecidos ao aluno:

- Professor de sala de aula;
- Professor da Educação Física;
- Colegas de turma;
- Diretor escolar;
- Equipe pedagógica;
- Outros. Quais: \_\_\_\_\_

**B. Acompanhamento e avaliação dos resultados:**

1. Indicação de formas de registro

- O plano deverá ser avaliado durante toda a sua execução.
- O registro da avaliação do plano deverá ser feito em um caderno ou ficha de acompanhamento.

- No registro, deverão constar as mudanças observadas em relação ao aluno no contexto escolar: o que contribuiu para as mudanças constatadas; repercussões das ações do plano de AEE no desempenho escolar do aluno.

2. Resultados obtidos diante dos objetivos do Plano de AEE:

**C. Reestruturação do Plano:** liste os pontos de reestruturação do Plano de AEE, caso os objetivos do Plano não tenham sido atingidos.

- Pesquisar e implementar outros recursos.
- Estabelecer novas parcerias.
- Outros.

O AEE deve funcionar, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular. Na impossibilidade destes locais, ele pode se localizar em um Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente.

Os alunos que recebem o atendimento educacional especializado são os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Ainda, cabe ao profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado articular outros atendimentos sempre que verificar a necessidade. São eles:

## Serviço Itinerante

O Serviço Itinerante está atrelado ao Atendimento Educacional Especializado aonde o professor responsável por este atendimento realiza orientação e supervisão pedagógica durante as visitas periódicas a escolas onde não existe este serviço.

## Serviço Hospitalar

A organização do Serviço de Atendimento Educacional Especializado da Pedagogia Hospitalar deve dar continuidade ao processo de desenvolvimento e de aprendizagem de alunos matriculados em centros de educação infantil e escolas de ensino fundamental, quando a condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde impeçam temporariamente a frequência/permanência escolar.

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado da Pedagogia Hospitalar ocorre fora do espaço escolar, devido à condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde da pessoa enferma.

As diretrizes e demais informações acerca deste atendimento devem ser regulamentadas através de Resolução elaborada e publicada pelo Conselho Municipal de Educação de cada município. Conforme afirma Fontes, “O hospital é, inclusive, segundo definição do Ministério da Saúde, um centro de educação” (2005 p.121a). Tal prática se caracteriza pelos seguintes objetivos:

- Dar continuidade ao processo de desenvolvimento e aprendizagem de alunos matriculados nas unidades de ensino, contribuindo para seu retorno e reintegração às atividades escolares;

- Desenvolver currículo flexibilizado com crianças e adolescentes não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola;

- Prover, mediante Atendimento Educacional Especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial.

Denomina-se pedagogia hospitalar o trabalho especializado, amplo, que vai além da escolarização e visa levar a criança ou adolescente hospitalizado a compreender seu cotidiano hospitalar, por meio de atividades lúdicas de reconhecimento do espaço hospitalar, da sua doença e de si próprio, durante as primeiras semanas de internação. Após esse primeiro momento, caso a criança ou adolescente permaneçam hospitalizados por mais tempo, é que serão apresentadas atividades mais próximas das do cotidiano escolar (FONTES, 2005).

## Serviço Domiciliar

A organização do Serviço de Atendimento Educacional Especializado da Pedagogia Domiciliar deve dar continuidade ao processo de desenvolvimento e de aprendizagem de alunos matriculados em escolas de ensino fundamental da rede pública municipal, quando a condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, impeçam temporariamente a frequência/permanência escolar.

O público-alvo e as diretrizes deste programa devem ser regulamentos através do Conselho Municipal de Educação de cada Município. Entre seus principais objetivos estão:

- Dar continuidade ao processo de desenvolvimento e aprendizagem de alunos matriculados nas unidades de ensino, contribuindo para seu retorno e reintegração às atividades escolares;

- Viabilizar, mediante Atendimento Educacional Especializado, a educação escolar de alunos que estejam impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique em permanência prolongada em domicílio.

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado da Pedagogia Domiciliar é um desdobramento da educação escolar e surgiu pela necessidade da relação entre a escola e os sistemas de saúde, para que a continuidade da aprendizagem não seja interrompida, garantindo que o retorno do enfermo à escola de origem seja o mais tranquilo possível.

Os conteúdos trabalhados por meio de planejamentos prévios e contextualizados devem ser desenvolvidos utilizando materiais educativos diversos, considerando que o profissional precisa adotar estratégias diferenciadas e lúdicas para atender o enfermo, mas não deve negar os conteúdos escolares dos quais o mesmo precisa. O atendimento é voltado para o enfermo que não pode sair de sua casa e que deve ser atendido individualmente, garantindo e assegurando o direito à educação.

Para que o enfermo tenha direito ao atendimento domiciliar, é necessário que tenha laudo médico de afastamento superior a trinta dias, sendo a unidade de ensino a responsável por acionar o atendimento aos órgãos competentes.

Cabe ao profissional responsável organizar horários e dias de atendimento, bem como manter contato com o profissional responsável pelo enfermo na unidade de ensino, para que o mesmo possa fornecer as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no âmbito domiciliar.

Todo registro pedagógico e acadêmico é de responsabilidade do profissional do atendimento domiciliar, ficando também responsável em articular os repasses às unidades de ensino.

## Sala de Recurso Multifuncional

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais é um Serviço da Educação Especial prestado de forma complementar e/ou suplementar à formação de alunos inclusos no ensino comum, instituída pelo MEC/SECADI por meio da Portaria Ministerial nº 13, de 24 de abril de 2007, que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Educação Especial, por meio do MEC/SECADI, possui Salas de Recursos Multifuncionais, Tipo I<sup>5</sup> e Tipo

---

<sup>5</sup> Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I: são constituídas de microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melanínico.

II<sup>6</sup>. Nesse serviço, são atendidos alunos público-alvo da Educação Especial, conforme Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Decreto nº 6.571/2008, Resolução do MEC nº 04 de 02/10/2009:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Entre os principais objetivos deste atendimento, destaca-se:

- Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Para facilitar a inserção do processo educativo formal ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ofertadas na mesma escola pública comum em que o aluno estuda ou em outra escola pública mais próxima.

Essa aproximação visa à construção de medidas pedagógicas específicas a inclusão, trocas de experiências e buscas de condições favoráveis ao desempenho escolar.

Ao professor do AEE/SRM, é atribuída a tarefa de complementar ou suplementar a formação do aluno, ofertando recursos específicos para a eliminação de

---

<sup>6</sup> Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II: são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, sorobã, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis.

barreiras que possam impedir ou limitar a participação do mesmo, com autonomia e independência na sala de aula.

O trabalho do professor de AEE se dá pela articulação das atividades desenvolvidas por professores do ensino comum, equipe escolar e demais serviços, tendo em vista o benefício do aluno e a qualidade de ensino, privilegiando a elaboração conjunta de planos de trabalho<sup>7</sup>, desenvolvimento e parcerias, na busca de recursos e materiais didáticos de acessibilidade, bem como acompanhamento de seu uso, reuniões de estudos, participação nos conselhos de classe e reuniões pedagógicas nas unidades atendidas. São atribuições do professor do AEE, conforme Resolução nº 04 de 02/10/2009:



I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a

aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos nas salas de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino comum, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

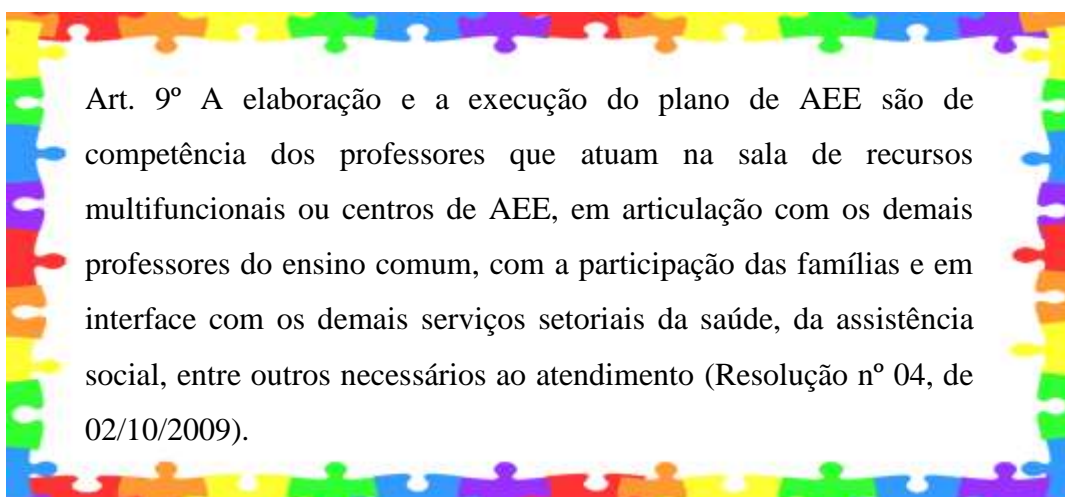
---

<sup>7</sup> Plano de trabalho: consiste na elaboração conjunta do Projeto Pedagógico, em que a Educação Especial não é um tópico à parte da programação escolar; estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial; discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar; desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula no processo de aprendizagem; formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum.

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Conforme a mesma Resolução nº 04, de 02/10/2009, a organização de atendimento se dá no contraturno escolar, considerando as peculiaridades de cada aluno, sendo possível atendê-lo em pequenos grupos ou individualmente. O AEE se organiza pedagogicamente por meio do Plano de Atendimento Educacional Especializado, que resulta do planejamento realizado pelo professor das Salas de Recursos Multifuncionais quanto aos recursos, equipamentos e apoios adequados, a fim de garantir a participação e acesso escolar ao aluno incluso:



O aluno matriculado nas Salas de Recursos Multifuncionais tem o direito ao acompanhamento através do Plano de Atendimento Educacional Especializado, no qual possa ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades, potencialidades e desenvolvimento pedagógico. Os avanços apresentados no AEE serão avaliados de acordo com o desempenho dos alunos, registrados por meio de pareceres descritivos semestrais.

Entende-se que a frequência do aluno incluso no ensino regular não pode estar atrelada à frequência nas Salas de Recursos Multifuncionais, porém sua participação é de fundamental importância para a efetivação de sua aprendizagem. O funcionamento, público-alvo e demais informações atreladas a implementação e

funcionamento da Sala de Recurso Multifuncional deve estar regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação de cada município.

## Estimulação Essencial<sup>8</sup>

Destinada a crianças na faixa de 0 a 3 anos, organizada preferencialmente por cronograma<sup>9</sup> para receber Atendimento Educacional Especializado. Trabalha-se a estimulação das áreas do desenvolvimento humano. Realizada por meio de atividades educacionais e psicopedagógicas, desenvolvidas por professores especializados em colaboração com a família.

Ressaltamos que a oferta ao atendimento e seu cronograma deve ser regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação de cada município conforme Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado - Nota Técnica nº 55/2013/MEC/SECADI/DPEE.

“É o conjunto dinâmico de atividades, de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar a criança nos seus primeiros anos de vida experiência significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo.” Diretrizes do MEC/SEESP 1995, p. 11

Com o objetivo de sistematizar e organizar os serviços educacionais especializados oferecidos a crianças na faixa etária de zero a três anos, o Ministério da Educação publicou o documento Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce, que tem finalidade de fundamentar a implantação do programa de Estimulação Essencial.

“Tendo em vista esse quadro panorâmico da situação atual do País em relação aos programas de estimulação precoce, considerou-se necessária e urgente a elaboração de um documento que tratasse das Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce, para fundamentar a implantação e a atualização adequada dos

---

<sup>8</sup> Estimulação essencial: atende a criança de zero a cinco anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor de forma efetiva, globalizada e preventiva.

<sup>9</sup> Cronograma: é uma agenda de atendimento onde deverão constar os dias e horários em que a criança será atendida na Estimulação Essencial, podendo ser individual ou em grupos.



programas destinados às crianças com necessidades especiais em seus primeiros anos de vida.” Diretrizes educacionais sobre Estimulação Precoce-1995.

O documento revisado e atualizado em 2016 tem como principal objetivo oferecer orientações para equipes multiprofissionais com orientações voltadas às ações de estimulação precoce do desenvolvimento neuropsicomotor, inicialmente priorizando crianças afetadas com a Síndrome Congênita do Vírus Zika, mas também sendo útil a outras condições ou agravos de saúde que interfiram no desenvolvimento neuropsicomotor de crianças entre zero e 3 anos de idade.

Estimulação Essencial na Educação Infantil é o atendimento a crianças de zero a três anos e onze meses de idade que apresentem alguma deficiência e/ou aquelas consideradas situações de risco, que necessitam de atenção especial para o desenvolvimento neuropsicomotor.

O diagnóstico escolar deve ser realizado pela equipe multidisciplinar observando riscos ou atraso nos marcos de desenvolvimento.

A elaboração do Programa Educacional Individual personalizado valorizando as habilidades e considerando as dificuldades em todos os domínios possibilitando as intervenções adequadas e necessárias, deve ser feito no ambiente escolar com a participação do professor.

Deve-se iniciar o mais cedo possível a fim de reduzir os riscos e ou atrasos no neurodesenvolvimento. Ser realizado em ambientes adequados ou adaptados, contendo mobiliário, material pedagógico e equipamentos apropriados de acordo com a necessidade da criança.

Áreas e habilidades a serem consideradas.

- **Socialização** - Capacidade de assimilar e desenvolver padrões de comportamento, normas, regras, valores, condutas, crenças, atitudes e sentimentos coletivos pela comunicação, interação, cooperação na convivência social.

- **Linguagem** - Capacidade de adquirir e desenvolver a linguagem verbal, não verbal, expressiva e receptiva, nas diferentes expressões da língua.
- **Autocuidado** - Independência e autonomia nas atividades do cotidiano, tarefas rotineiras adquiridas com a convivência social, capacidade de desenvolver atividades de vida diária que promovam bem-estar: alimentar-se, vestir-se, tomar banho, escovar os dentes...
- **Cognição** - Capacidade de absorver, assimilar e processar informações transformado em aprendizagem através de processos mentais como: percepção, a atenção, associação, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem.
- **Desenvolvimento motor** - Desenvolvimento das funções motoras que permitem a criança ter consciência de si mesma, do seu corpo, capacidade de explorar o ambiente, possibilidades de mover-se e descobrir o mundo e adaptar-se a ele através dos elementos básicos da motricidade:  
Motricidade fina,  
motricidade global,  
equilíbrio, esquema corporal, organização espacial, organização temporal e lateralidade.



A partir da avaliação do repertório da criança o programa de estimulação essencial deve abranger todas as áreas de desenvolvimento com estimulação diária, registro das habilidades já adquiridas, as emergentes e as que precisam de maior atenção por encontrarem-se defasadas.

As atividades podem ser desenvolvidas na própria instituição pelos professores e profissionais de apoio.

## Atendimentos Complementares

As redes municipais de ensino, poderão, ainda, contar com o apoio de outros profissionais garantindo a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva a todos os estudantes.

### Fonoaudiologia

As atuações do Fonoaudiólogo Educacional devem seguir o que o conselho federal da profissão regulamenta na RESOLUÇÃO CFFa nº 387/2010 – DOU: 14.10.2010.

O profissional de Fonoaudiologia Educacional deve contribuir para o planejamento educacional, tomando por base desenvolvimento da comunicação (oral e escrita), audição, voz, estruturas e funções estomatognáticas, voltadas ao educando que necessita de atendimentos individualizado em função de suas limitações.

Além de ações conjuntas; assessorias; diagnóstico institucional; e de colaborar no processo de ensino-aprendizagem; esse profissional pode promover a reabilitação – essa fora do ambiente escolar - das alterações fonoaudiológicas encontradas nos processos avaliativos. Dentro do ambiente escolar, realiza triagens e avaliações, que podem abranger as diversas áreas da fonoaudiologia, principalmente as envolvidas nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Bem como, aplica entrevistas e orientações aos pais e professores. Efetua ainda solicitação de exames complementares necessários ao melhor atendimento clínico do educando.

A Fonoaudiologia Educacional atende a um grupo de educandos com ampla gama de



patologias, que não se estendem apenas as neurológicas, psíquicas e sensoriais.

## Psicologia

De acordo com a Lei 13.935/2019, promulgada pelo governo federal, as redes públicas de educação básica deverão contar com o serviço de psicologia para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Os princípios norteadores da atuação do Psicólogo na Educação está regulamentado através de documento escrito pelo Conselho Federal de Psicologia nomeado como “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica”

Neste sentido, o psicólogo deverá desenvolver ações integradas à equipe, atuando como facilitador do processo de ensino e aprendizagem do educando, do cuidado à sua saúde emocional e do fortalecimento de suas habilidades sociais, através de atendimentos pontuais, intervenções terapêuticas e encaminhamentos realizados conforme as suas necessidades. Salienta-se que, em função da subjetividade do educando, em algumas situações, preserva-se o espaço de atendimento individualizado, para que o mesmo possa ser ouvido e trabalhado dentro de suas possibilidades.

No contexto escolar, uma das dificuldades mais notadas é o baixo rendimento escolar, deficits de desempenho são recorrentemente encontrados, surgindo a necessidade de uma avaliação especializada. Em decorrência disso, contamos com a atuação do psicólogo também realizando avaliação neuropsicológica, realizada em contraturno e fora do ambiente escolar, a qual investiga detalhadamente as funções cognitivas, emocionais e sociais da criança, para que se possa identificar a origem dos problemas, das dificuldades de aprendizagem, das alterações comportamentais, de deficits cognitivos ou ainda de outros transtornos do neurodesenvolvimento. A partir do momento em que a avaliação neuropsicológica é realizada, podemos iniciar com intervenção específica. E quando isso acontece precocemente, é possível trabalhar em

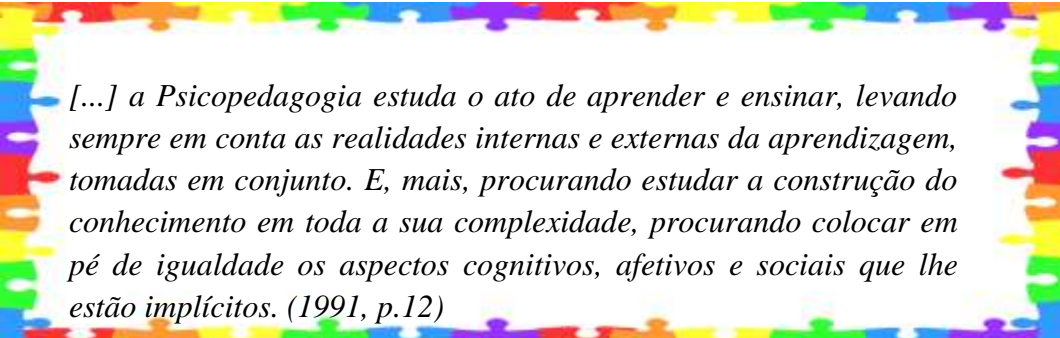
seu estágio inicial, proporcionando à criança, maiores chances de sucesso e evolução devido à plasticidade cerebral.

Cabe ao psicólogo considerar aspectos da dinâmica do educando e do processo de ensino, para uma leitura que contemple aspectos psicológicos no que se refere à sua interação com a sala de aula e com o professor. Quando solicitado e na medida das possibilidades, cabe ao psicólogo, junto à equipe docente, possibilitar reflexões que venham colaborar para um melhor andamento do processo educativo. Com relação aos pais, o serviço de psicologia promove ações individualizadas e em grupo, para conhecer a realidade familiar, orientar quanto às condutas mais adaptativas, assim como sensibilizar para os encaminhamentos necessários.

## Psicopedagogia

As redes de ensino também podem contar com o profissional Psicopedagogo. O Psicopedagogo atuará nos processos de inclusão, dando apoio à família que necessita de orientação para seu desenvolvimento, apoiando os educadores em seu exercício educacional direcionando formas de alcançar a aprendizagem.

De acordo com Neves,



*[...] a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas e externas da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos. (1991, p.12)*

O público da Avaliação Psicopedagógica são os educandos que se depararem, no decorrer do processo do aprender, com dificuldades que ultrapassam as diversas estratégias de aprendizagem e de ensino. Entre os principais objetivos deste atendimento estão:

- Compreender as dimensões: Cognitiva, Funcional, Afetiva e Social do educando;

- Investigar e apontar o desenvolvimento, as potencialidades e a funcionalidade do educando em questão, bem como os encaminhamentos necessários para o favorecimento de sua aprendizagem;
- Identificar os principais fatores responsáveis pelas dificuldades do educando;
- Analisar os dados coletados e fundamentar encaminhamentos que promovam melhores condições, bem como diferentes oportunidades para o seu desenvolvimento escolar;
- Desvelar a modalidade de aprendizagem e de ensino do educando;
- Levantar hipóteses diagnósticas, direcionando os encaminhamentos e possibilidades de intervenção;
- Apontar o obstáculo predominante à aprendizagem.

A principal via de acesso do educando ao processo de Avaliação Psicopedagógica acontece por meio do serviço antecessor de Triagem e Intervenção no Contexto Escolar. Poderão também ser incluídos em lista de espera para a Avaliação Psicopedagógica educandos oriundos dos serviços de atendimento psicológico e/ou psicopedagógico, caso os especialistas assim decidam, conforme suas necessidades para a sequência de seus trabalhos.

Entende-se que o Serviço de Avaliação Psicopedagógica inicia-se a partir da ficha de encaminhamento. Esse documento contém as observações da equipe escolar, o motivo do encaminhamento e as intervenções já realizadas com o educando. A partir dessas informações, os avaliadores poderão estruturar os procedimentos pertinentes, possibilitando o levantamento de indicativos que possam auxiliar na hipótese diagnóstica.

As etapas da avaliação psicopedagógica são descritas a seguir:

**- Sessões individuais** (instrumentos e técnicas de avaliação)

Na especificidade da prática avaliadora do psicopedagogo (esta especialidade da psicopedagogia é exercida pelo pedagogo e/ou professor especializado da Rede Pública Municipal), procura-se compreender como o avaliando efetiva o seu aprender. Assim, investiga-se a estrutura cognitiva e as questões acadêmicas que são relevantes à queixa da aprendizagem do educando. Objetiva-se conhecer a sua modalidade de aprendizagem, seu estilo para o aprender e qual o obstáculo em predomínio no momento atual de sua avaliação.

No que concerne ao psicólogo, este pode lançar mão de instrumentos e técnicas que considerar necessários, bem como sessão lúdica e/ou recursos complementares, os quais visam analisar as seguintes áreas: intelectual, emocional, comportamental e social.

Respeitando a dimensão ética, o especialista vai além da aplicação de testes ou de entrevistas estruturadas. Para tanto, os profissionais devem utilizar-se de uma das ferramentas disponíveis neste processo, que é a análise clínica, que por sua vez envolve a observação da conduta apresentada pelo educando naquele momento do processo, pois observar significa também tornar mensurável o comportamento manifesto.

#### **- Anamnese**

A entrevista familiar é uma investigação criteriosa e detalhada, que tem por objetivo coletar dados significativos sobre a história de vida do educando. Através dessa, obtém-se dados para o levantamento de hipóteses sobre a possível etiologia<sup>10</sup> do caso.

#### **- Entrevista com os profissionais da escola e/ou observação no contexto escolar**

O contato com a equipe escolar mostra-se também como um rico recurso para se perceber qual a compreensão que estes profissionais têm do educando em questão, como também ter um parâmetro entre o que é falado pela família em comparação com o que é mencionado pela equipe escolar. Com isso, é possível fazer um comparativo do comportamento do educando em ambientes diferentes (casa e escola).

#### **- Análise com especialistas afins, quando necessário**

Ouvir outros profissionais que já realizam atendimento com o educando pode ser um recurso importante. Esta é uma parcela do sistema que, juntamente com a família, escola e outras instituições envolvidas no processo, formam a rede de apoio.

#### **- Pesquisas**

Este processo acontece, normalmente, partindo-se do assunto amplo até o específico, bem como fazendo uma análise do quadro geral, chegando ao quadro do avaliando.

#### **- Análise do caso/interpretação dos dados coletados/ levantamento de hipóteses/encaminhamentos**

---

<sup>10</sup> Etiologia: estudo das causas ou origens de uma condição ou doença.

Após os dados coletados, se faz a análise do caso, interpretação e integração dos elementos obtidos nas entrevistas, observações, testes e recursos complementares.

#### - **Elaboração do relatório**

O relatório é um documento que contempla os princípios necessários para se ter consistência e solidez tanto em âmbito teórico **quanto prático**.

- Devolutiva para a família e escola

Tem como propósito orientar a equipe escolar e sensibilizar a família quanto ao início de uma nova etapa na vida do educando, bem como fomentar a corresponsabilidade entre os envolvidos. Considera-se este como um importante momento para que cada parte deste sistema realize aquilo que é de sua competência, sendo esta uma condição indispensável para que ocorram avanços na vida do educando.

## Ações Intersetoriais

O processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva vem se concretizando nos últimos anos e passa a ser compreendido como compromisso de toda a sociedade. Para a consolidação desta política, as ações municipais não podem estar centradas somente como atribuições da Secretaria Municipal de Educação, mas com o necessário compartilhamento de responsabilidades entre as diversas Secretarias que compõem o Poder Público.

Na esfera municipal, é necessário que um conjunto de ações intersetoriais sejam compartilhadas entre as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Transporte, Desenvolvimento Urbano, entre outras, a fim de se garantir a inclusão do estudante com deficiência na sociedade e seu pleno direito à cidadania.

Poderíamos citar ainda, as APAEs, AMAs, Associações para defesa de Surdos e Cegos entre outros. Cabe a cada Município identificar e regulamentar parcerias com estas instituições afim de garantir o acesso e atendimento especializado a todos os alunos público-alvo deste documento.



## Apoio Adequado

Considera-se apoio os recursos e estratégias que promoverão o interesse e as capacidades das pessoas, bem como oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relação no ambiente em que vivem. Favorecem a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário.

Tipos de apoio que podem ser viabilizados:

■ **Intermitente**- aquele oferecido em momentos de crises e situações específicas de aprendizagem.

■ **Limitado**- reforço pedagógico para algum conteúdo durante um semestre, ou desenvolvimento de um determinado programa.

■ **Extensivo**- sala de recursos ou de apoio pedagógico, atendimento itinerante, atendimento complementar, ajuda de especialistas.

■ **Pervasivo**- para alunos com deficiências múltiplas ou muito agravantes, durante a vida toda e envolve muitos ambientes e equipe de profissionais.





# Público Alvo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

De acordo com a Lei 13.146/ 2015 os estudantes com deficiência - são aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Estão incluídas nesta categoria:

**1. Deficiência auditiva** - aqueles com perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade auditiva, de acordo com os graus abaixo relacionados:

a) leve: perda auditiva de 25 a 40 dB; b) moderada: perda auditiva de 45 a 60 dB; c) severa: perda auditiva de 65 a 90 dB; d) profunda: perda auditiva acima de 95 dB;

**2. Deficiência visual** - aqueles que apresentam redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica:

a) cegueira - acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; b) baixa visão - acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

**3. Deficiência física** - aqueles que apresentam alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paresia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou a ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com

deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

**4. Deficiência múltipla** - aqueles que apresentam associação de duas ou mais deficiências primárias associadas;

**5. Surdocegueira** - aqueles que apresentam perda visual e auditiva concomitantemente. Essa condição leva o aluno surdocego a ter necessidade de formas específicas e singulares de comunicação para ter acesso ao currículo;

**6. Deficiência intelectual** - aqueles que apresentam déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático, com início no período do desenvolvimento;

E ainda, pode ser público-alvo desta modalidade de ensino:

**7. Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)** - caracterizam-se por apresentar déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais, de comunicação usada para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do TEA requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades;

**8. Estudantes com altas habilidades/superdotação** - demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Havendo necessidades os municípios poderão criar programas com vistas a atender educandos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem, ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares.

As definições do público-alvo abaixo relacionadas e as sugestões para Atendimento Educacional Especializado foram retirados do Livro Educação Inclusiva – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2014), podendo ser complementadas pelos municípios:

## Deficiência Auditiva

O Decreto Federal n.º 5626/2005, considera-se a pessoa surda “[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Essa afirmação aponta para o reconhecimento da língua de sinais como uma língua natural que deve ser aceita sem restrições no contexto escolar. Assim deve ser oportunizado aos alunos surdos que utilizam a Libras para a sua comunicação e ensino, uma proposta educacional que tem como pressuposto que a criança surda adquira a língua de sinais de forma natural, como primeira língua, e como segunda língua a língua portuguesa, na modalidade escrita.



A proposta educacional bilíngue requer a garantia da presença da língua de sinais, como primeira língua, no contexto educacional; e o português, em sua modalidade escrita como segunda língua. Trata-se de pensar no processo de ensino e aprendizagem como lugar de práticas de linguagem, levando em consideração que surdez torna a comunicação uma experiência visual que, pensada e vivida como uma diferença cultural determina questões específicas no processo de letramento das pessoas surdas.

Tendo em vista que o processo de aquisição de linguagem acontece da mesma forma em crianças surdas e ouvintes, é importante que as crianças surdas sejam expostas o mais cedo possível a um ambiente linguístico em Libras para que adquiram

sua língua natural<sup>11</sup> e possam vivenciar as experiências que uma língua possibilita. Precisamos reconhecer o papel que a língua desempenha na produção da experiência, pois ela é a condição necessária para que as experiências possam ser compreendidas e compartilhadas.

Na sala de aula comum, as crianças surdas têm direito a um Tradutor e Intérprete de Libras/ Língua Portuguesa para a mediação linguística, possibilitando o acesso aos conteúdos acadêmicos através de sua língua natural. Este é um direito do aluno garantido pela Lei Federal N.º 10.436/2002, Decreto Federal N.º 5626/2005 e Lei Federal N.º 10.098/2000, mas para que as crianças surdas tenham o apoio desse profissional é necessário que elas façam uso da língua de sinais.

## O Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado para alunos surdos na perspectiva da inclusão escolar tem por objetivo promover o acesso ao conhecimento escolar em duas línguas: Libras e Língua Portuguesa, na modalidade escrita. O atendimento educacional especializado para os alunos surdos envolve três momentos didáticos pedagógicos:

- Trabalho em Libras – todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares são explicados em Libras por um professor, sendo este preferencialmente surdo.

Nesse atendimento, o professor do AEE planeja as aulas de acordo com os conteúdos abordados na classe do ensino regular. A fluência em língua de sinais e o uso de imagens visuais são requisitos essenciais para a compreensão e formação de novos conceitos.

- Ensino da Libras – os alunos terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos.

A partir da avaliação diagnóstica do professor em relação conhecimento linguístico em língua de sinais pelo aluno surdo, o professor promoverá atividades de pesquisa sobre os termos científicos utilizados nas diferentes áreas do conhecimento.

---

<sup>11</sup> Conforme Skliar (2005, p. 27), língua natural, aqui, deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que se transmite de geração em geração, e que muda – tanto estrutural como funcionalmente – com o passar do tempo.

Para que a pesquisa seja bem sucedida o acesso a recursos tecnológicos deve ser facilitado ao aluno.

Nos anos iniciais, é fundamental que o professor surdo trabalhe com contação de histórias, que promova situações didáticas e lúdicas que favoreçam o processo de aquisição da linguagem e conhecimento de mundo das crianças surdas.

- Ensino da Língua Portuguesa – são trabalhadas as especificidades dessa língua para os alunos surdos.

Neste atendimento, o professor de Língua Portuguesa tem o objetivo de promover o estudo e aprendizado da língua portuguesa verificando como são atribuídos os significados às palavras e como é a organização delas nas frases e textos de diferentes contextos, levando os alunos a perceberem a estrutura da língua através de atividades diversificadas. O trabalho com o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) é realizado numa perspectiva da Língua Portuguesa como segunda língua e requer metodologia de ensino que contemple essa especificidade. Lembrando que o Decreto Federal N.º 5626/2005 contempla o direito à avaliação diferenciada para o aluno surdo, considerando nesta avaliação os aspectos linguísticos de suas produções em segunda língua.

Santos (2005) aponta as seguintes diretrizes para as ações do professor da sala de recursos na educação de surdos:

- Articular de forma sistemática e permanente o planejamento coletivo dos profissionais envolvidos na prática educativa com o aluno surdo;
- Esclarecer a família sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola;
- Elaborar e ampliar conceitos científicos desenvolvidos na turma do ensino comum; evitando que a sua sala de recursos se transforme em um espaço de reforço escolar;
- Promover aprendizagem e aprimoramento de leitura e escrita em língua portuguesa;
- Organizar a sala de recursos garantindo a diversidade de materiais pedagógicos;
- Garantir o desenvolvimento da língua de sinais através da prática pedagógica com o aluno surdo.

Lembrando que as famílias que optarem também pela oralização – ou seja, o treinamento e reabilitação da fala – deverão fazê-lo no turno inverso ao da

escolarização, com um profissional habilitado – fonoaudiólogo – nas ações realizadas com interface com a área da saúde. É importante salientar, que se um surdo é oralizado, isso não significa que ele esteja alfabetizado, caso contrário as crianças ouvintes estariam alfabetizadas somente por fazerem o uso da língua falada oralmente. Ressaltamos que fazer uso da oralização também não significa que o aluno terá facilidade na compreensão dos conteúdos escolares; ao contrário, corre-se o risco de diminuir o investimento de tempo na aquisição da linguagem necessária para aquisição dos conhecimentos e, no caso do aluno que é surdo esta linguagem é a Língua de Sinais.

## Deficiência Visual

A área da Deficiência Visual é direcionada às pessoas cegas e com baixa visão. Embora possam parecer semelhantes, são tipos de deficiência muito distintas e envolvem diferentes necessidades dos alunos.

### Pessoas Cegas:

É comum que as crianças brinquem, corram, explorem os ambientes ao seu redor livremente, participem de jogos e atividades lúdicas, entre outros. Porém, para as crianças cegas a falta de visão impossibilita as mesmas condições de comunicação e interação com o ambiente. Estas crianças, por exemplo, não percebem as cores, os tamanhos e as distâncias e isso cria dificuldades para a movimentação no espaço e aquisição de algumas experiências fundamentais. Elizabeth Dias de Sá e Valdirene Siegler Simão, (DOMINGUES et al, 2010) ressaltam que a visão favorece a mobilidade, a localização e organiza as informações provenientes de outros sentidos de forma abrangente e simultânea. Portanto, no caso da criança cega, é importante provocar seu interesse e curiosidade, orientando suas atividades para que possam conhecer e identificar sons, mover e localizar o corpo no espaço, bem como encorajá-las a descobrir o uso e funções das coisas, usando o tato para identificar os objetos e suas propriedades.

É importante também ter em conta que as pessoas cegas (assim como todos nós) vivem experiências diferentes uma das outras, primeiramente porque cada pessoa é

diferente da outra, mas também porque a idade em que ocorreu a perda de visão na criança interfere de modo decisivo na formação da sua particular “biblioteca de experiências vivenciadas”.

No caso das crianças que nasceram cegas ou perderam a visão desde muito cedo, é usual a ausência de imagens mentais visuais, sendo necessário construir imagens e representações mentais através de experiências vivenciadas no mundo ao redor, basicamente experiências corporais: táteis e auditivas. Isso requer investimento de tempo escolar e o planejamento de ações diferenciadas, uma vez que as práticas didáticas tradicionais costumam mobilizar a audição na direção do olhar/ver. Deste



modo, para a criança cega a mediação do professor se torna ainda mais fundamental, e a sua falta tende a desencadear comportamentos estereotipados e maneirismos, verbalismos, mutismo, ecolalia (fala

sempre utilizando a terceira pessoa ou repetição da fala do outro), com movimentos repetidos e descontextualizados, bem como movimentos rotativos das mãos ou da cabeça, balanço do corpo, que algumas vezes podem ser confundidos com comportamentos de crianças autistas (DOMINGUES et al., 2010).

O processo de aprendizagem dos alunos cegos se faz a partir dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato e paladar), exigindo o uso de brinquedos e materiais que facilitem a discriminação do tamanho, textura, volume, peso, identificação de sons, desenvolvimento da consciência corporal (despertando a curiosidade, a vontade e a coragem para movimentar-se e participar em atividades coletivas, tanto com autonomia quanto com a ajuda e apoio dos colegas). O trabalho de sistematização da



escrita deve utilizar o Sistema Braille<sup>12</sup> e a criança cega, na maioria das vezes, terá seu primeiro contato somente no espaço educacional.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental é muito importante que a criança cega aprenda e utilize o Braille para que possa ter acesso à leitura e escrita. Para isso, as atividades escolares devem supor o uso de recursos específicos para leitura e escrita como a reglete com um punção e o uso da máquina Braille.

É muito mais difícil fazer que a criança cega fique imersa em um ambiente de letramento, de modo que a parte fundamental deste processo passa a ser a interação com os demais colegas: somente no convívio e no diálogo, na realização de tarefas conjuntas, essa criança adquirirá a percepção da escrita e da sua importância como mecanismo de aprendizagem e interação.

As crianças cegas compreendem e interagem com o mundo através de experiências não visuais. Nesse sentido, o professor precisa empregar recursos pedagógicos e metodológicos que favoreçam a compreensão e o acesso aos conteúdos escolares. A falta de experiências significativas pode dificultar a elaboração e desenvolvimento de conceitos. Assim, a discriminação tátil é uma habilidade básica que deve ser desenvolvida na escola, pois, com a possibilidade de manusear objetos a criança elabora as informações sobre o tamanho, forma, peso, consistência, espessura, densidade, textura, dentre outras.

## Pessoas com Baixa Visão

A baixa visão corresponde àquelas pessoas que apresentam o comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após tratamento e/ou correção, considerando-se, também, quando a medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que um certo valor.

---

<sup>12</sup> O Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, inventado na França por Louis Braille, um jovem cego. É constituído por 64 sinais em relevo cuja combinação representa as letras do alfabeto, os números, as vogais acentuadas, a pontuação, a notas musicais, os símbolos matemáticos e outros sinais gráficos.

O trabalho com alunos com baixa visão baseia-se no princípio de estimular a utilização plena do potencial de visão e dos sentidos remanescentes, bem como na superação de dificuldades e conflitos emocionais. (BRASIL, 2007b, p. 18)

Características da pessoa com baixa visão:

- Campo visual reduzido (central ou periférico);
- Diminuição da acuidade visual (para perto ou para longe);
- Alterações de sensibilidade ao contraste, na percepção de cores;
- Dificuldades para reconhecer pessoas ou objetos;
- Dificuldades na orientação e mobilidade.

Levando em consideração que a maioria das pessoas com baixa visão faz uso de recursos ópticos, o seu processo educativo se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, ainda que com a utilização desses recursos específicos. A inclusão do aluno com baixa visão no ambiente escolar dependerá do conhecimento das possibilidades de trabalho do aluno. Cabe ao professor identificar qual é a distância mais adequada para o aluno enxergar e



também qual o tamanho ideal das letras e ilustrações. Também é preciso atenção aos auxílios não-ópticos, como as mudanças necessárias no ambiente, mobiliário, iluminação e recursos para leitura e escrita.

Portanto, algumas ações são importantes tanto na sala de aula comum como no AEE, levando em consideração que cada aluno é diferente do outro. Entre as ações estão:

- Luminosidade: verificar a posição que o aluno senta na sala de aula e a luminosidade do local, pois esta é um aspecto importante a se considerar.

- Alguns alunos com baixa visão preferem a luz natural e outros um ambiente mais iluminado;
- Equipamentos: utilizar uma prancheta inclinada para aproximação do material a visualizar, contribuindo com uma postura adequada;
- Contraste: aumentar o contraste utilizando cores fortes nos materiais, como: o uso de giz branco na lousa escura, cadernos com pautas pretas acentuadas e largas, caneta preta ou azul, lápis com grafite escuro, mais grosso;
- Ampliação da fonte: utilizar fontes ampliadas nos livros e atividades em geral;
- Os recursos ópticos se constituem em equipamentos como lupas manuais, óculos especiais, telescópios, entre outros. Estes equipamentos permitem a ampliação do material a ser lido. Lembrando que a indicação deste recurso deverá estar de acordo com a orientação do oftalmologista.



## O Atendimento Educacional Especializado

Aos alunos com baixa visão o professor auxiliará a usar os recursos ópticos (lupas de mão, óculos bifocais, entre outros) e não ópticos (mudanças relacionadas ao ambiente, mobiliário e iluminação), bem como a estimulação do resíduo visual com o uso de materiais que tenham cores fortes e contrastantes. A produção de materiais como ampliação de fontes e contraste visual também fazem parte da organização do AEE. Sobre o uso das tecnologias para a pessoa com baixa visão – como recursos de ampliação de fonte no computador, entre outros – a orientação do professor é importante para o acesso e participação do aluno.

O professor do AEE tem como um dos seus objetivos ensinar o Sistema Braille aos alunos cegos. A necessidade deste sistema deverá ser introduzida de forma gradual em situações cotidianas. Pode-se, por exemplo, criar uma diversidade de jogos que estimulem o tato o mais cedo possível. Assim, a organização e garantia da produção de materiais didáticos acessíveis e específicos são essenciais no planejamento das ações do atendimento educacional especializado. Como sempre, o professor do AEE deve trabalhar junto ao professor do ensino regular para planejar a utilização de estratégias metodológicas que viabilizem o acesso ao conhecimento.

As salas de recursos multifuncionais devem possuir alguns materiais específicos para os alunos com deficiência visual, dentre eles destacamos: textos escritos com ilustrações táteis, disposição do mobiliário e posicionamento do aluno na sala de aula para favorecer seu deslocamento e ouvir o professor, máquina Braille, reglete, ábaco, livro falado, calculadora sonora, jogos e materiais didáticos, etc. Além disso, a construção e confecção de materiais pedagógicos para trabalho com os alunos nas salas de recursos é fundamental.

Vale destacar que ao constar no Censo Escolar a matrícula do aluno com deficiência visual, o MEC tem encaminhado aos estabelecimentos de ensino um kit de equipamentos para uso do aluno, como: notebook, lupas, telescópios, etc. Ainda, os dados do censo escolar garantem aos alunos livros digitais acessíveis, de distribuição gratuita, para uso das pessoas com deficiência visual.



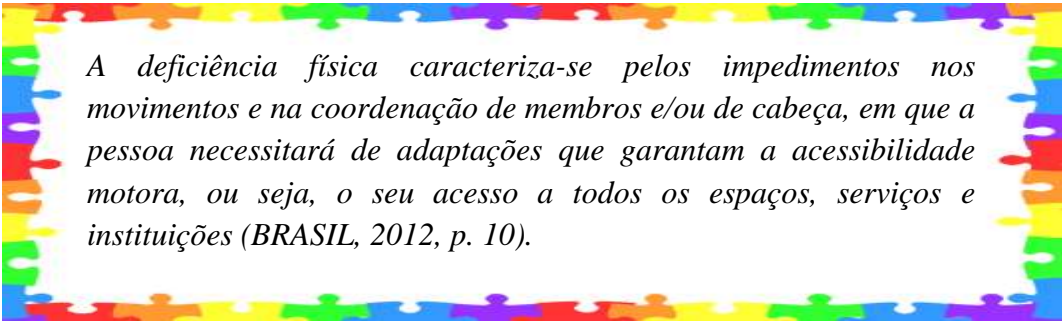
Um trabalho específico é o da Orientação e Mobilidade (OM) para que a pessoa cega possa desenvolver autonomia na locomoção, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Mover-se de forma orientada, com sentido, direção e utilizando de várias referências são importantes para se chegar ao local desejado e este é um trabalho de referência importante no contexto da alfabetização matemática.

- O Sistema Braille<sup>13</sup> é um sistema de escrita universal idealizado pelo cego francês Louis Braille.

---

<sup>13</sup> Não se deve confundir, nas suas funções, o Braille com a Libras. O Braille é um sistema de escrita que tem como base a língua do país, cada letra equivale a um símbolo de modo que o símbolo para a letra

## Deficiência Física e Deficiência Múltipla



*A deficiência física caracteriza-se pelos impedimentos nos movimentos e na coordenação de membros e/ou de cabeça, em que a pessoa necessitará de adaptações que garantam a acessibilidade motora, ou seja, o seu acesso a todos os espaços, serviços e instituições (BRASIL, 2012, p. 10).*

Entre as características apresentadas pelas pessoas com deficiência física estão os diferentes modos de comunicação oral e escrita e de locomoção, que determinam as providências da escola para prover o acesso ao currículo pelo aluno, utilizando recursos pedagógicos adaptados para sua acessibilidade tanto no que se refere à aprendizagem quanto à acessibilidade física.

São várias as deficiências físicas com as quais podemos nos deparar no contexto escolar, entre elas alunos com deficiência física decorrente da paralisia cerebral. Neste caso, a lesão que atinge o cérebro interfere no desenvolvimento motor da criança, podendo comprometer a locomoção, postura, movimento, uso das mãos, a linguagem, entre outras atividades.

É importante que saibamos que grande parte das crianças que têm deficiências físicas é beneficiada com modificações no ambiente físico, nos materiais e equipamentos utilizados para a atividade escolar. Ainda há professores que associam “paralisia cerebral” com “cérebro parado” e, portanto, pensam que estão lidando com pessoas incapazes de raciocinar. Não se trata disso! Ter deficiência física não é sinônimo de apresentar déficit cognitivo, e todos os alunos nessa condição podem aprender desde que se estabeleça uma forma de comunicação efetiva. Portanto, métodos especiais de ensino só são necessários para as crianças cujas deficiências físicas sejam complicadas por dificuldades de aprendizagem resultantes de lesões neurológicas.

Para facilitar o acesso à escrita e leitura muitas alternativas estão disponíveis e podem ser construídas, por exemplo: o uso de pranchas de comunicação, do

---

“a” é o mesmo, não importa se em português ou inglês. Já a Libras é uma língua, diferente da nossa por não se mostrar na forma falada ou escrita, no entanto, para os surdos a Libras é a língua natural, é a primeira língua. Para os cegos a Língua Portuguesa é a primeira língua.

computador, de lápis e canetas adaptados, etc. O professor do AEE, após elaboração do plano de atendimento do aluno, seleciona os recursos necessários para auxiliar nessas dificuldades funcionais, e realiza um trabalho articulado com o professora da sala de aula comum. Os recursos utilizados podem **ser de alta ou baixa tecnologia**<sup>14</sup>, mas, primeiramente, é importante que o professor conheça seu aluno e tenha identificado suas necessidades, habilidades e dificuldades.

## Comunicação Aumentativa e Alternativa

Para surpresa de muitos professores, geralmente os alunos com paralisia cerebral são inteligentes e possuem boa compreensão do que lhes é explicado, porém, possuem dificuldade ou sequer conseguem articular ou produzir a fala. Atualmente, tem-se desenvolvido sistemas alternativos para comunicação na educação especial. A expressão “comunicação alternativa” e/ou “comunicação suplementar”, vem sendo utilizada para designar um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência ou alguma outra situação que impede a comunicação com as demais pessoas, por meio dos recursos comumente utilizados, mais especificamente a fala.

A Tecnologia Assistiva tem se constituído como um recurso que pode contribuir significativamente para a comunicação e interação dessas pessoas. Assim, destacamos a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) que faz parte da área da Tecnologia Assistiva destinada à ampliação de comunicação de pessoas sem fala ou sem escrita funcional, ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa em falar e/ou escrever. Sartoretto e Bersch (2010) ressaltam que é importante identificar gestos, sons, expressões faciais e corporais que os alunos possuem, pois a CAA possibilita a construção de novos canais de comunicação, através da valorização das formas expressivas da pessoa com dificuldade.

Entre os recursos que podem ampliar a comunicação das pessoas com deficiência física, destacamos: a prancha de comunicação, pranchas alfabéticas e de

---

<sup>14</sup> Segundo Sartoretto e Bersch (2010), recursos de baixa tecnologia são os que podem ser construídos pelo professor do AEE e disponibilizados ao aluno que os utiliza na sala comum ou nos locais onde ele tiver necessidade. Recursos de alta tecnologia são adquiridos após avaliação das necessidades do aluno.

palavras, a construção de cartões de comunicação, símbolos de comunicação pictórica, vocalizadores e computadores. Os computadores e outras ferramentas tecnológicas serão abordados no texto Acessibilidade, Participação e Aprendizagem. Aqui, tanto em relação à alfabetização matemática quanto em relação ao letramento, percebe-se que as estratégias especiais consistem, basicamente, em assegurar formas de comunicação e em levar em conta as potencialidades do aluno sem fazer exigências que sejam descabidas, como a já mencionada “caligrafia bonita” ou “números bonitos”.

Para fazer a melhor escolha dos recursos de comunicação alternativa, o professor precisa avaliar as possibilidades físicas do aluno: acuidade visual e auditiva; habilidades perceptivas; habilidades motoras: preensão manual, flexão e extensão de membros superiores, habilidade para virar páginas; bem como as habilidades cognitivas: compreensão, expressão, nível de escolaridade, fase de alfabetização. É relevante também avaliar a situação na qual o sistema será utilizado: o local, com quem e com qual objetivo.

A elaboração de um recurso de CAA requer a participação do aluno. Isso é fundamental, tendo em vista que este aluno utilizará o material no seu dia a dia e para a sua comunicação em sala de aula. O professor, estando ao seu lado, poderá observar as suas necessidades de comunicação, identificando, favorecendo e ampliando suas possibilidades.

Vê-se, pois, que do ponto de vista deste aluno, como de todos os demais, é necessário que a escola respeite sua inteligência e fique atenta às suas possibilidades. É fundamental o ambiente de convívio e o foco do professor no desenvolvimento do máximo das possibilidades de aprendizagem dos seus alunos.

Além do acesso à comunicação, a acessibilidade física também é fundamental para dar ao aluno certa independência e segurança no interior do ambiente escolar. Para isso, algumas modificações nos recursos físicos dos prédios escolares são necessárias (BRASIL, 2006): colocação de pequenos degraus inclinados ou rampas; colocação de corrimão próximo a bebedouros, a assentos dos banheiros e à lousa; remoção de carteiras, de forma a possibilitar a passagem de cadeira de rodas, ou facilitar a locomoção de alunos com muletas; modificação, no mobiliário, de forma a promover

maior conforto a crianças que usam tipoia, órteses e próteses; tapetes antiderrapantes, nas áreas escorregadias; portas largas; cantos arredondados no mobiliário.

## O Atendimento Educacional Especializado

O aluno com deficiência física requer ações pedagógicas diferenciadas, e para isso a escola deve organizar seus espaços físicos e pensar na produção de materiais pedagógicos de acordo com as especificidades da criança decorrentes de suas necessidades de comunicação e motora.

O professor do AEE deve elaborar um plano de atendimento destinado aos seus alunos. Este plano também orienta o professor do ensino regular sobre as necessidades e recursos de baixa e alta tecnologia que deverão ser utilizados pelo aluno.

Segue uma sugestão, apresentada por Satoretto e Bersch (2010), com algumas perguntas que podem ser utilizadas para ajudar o professor do AEE a elaborar o seu plano de atendimento:

- Quem é o aluno?
- Quais as principais habilidades manifestadas por ele?
- Quais suas necessidades específicas? (decorrentes da deficiência ou apresentadas pelo ambiente escolar)
- Quais são as barreiras existentes para a participação do aluno e de seu aprendizado nas atividades escolares e que poderão ser eliminadas com a utilização de recursos pedagógicos acessíveis?
- Quais são as necessidades relacionadas a recursos pedagógicos ou de •acessibilidade apontadas pelos professores para atingir os objetivos propostos para o aluno?
- Quais são as condições de acessibilidade física da escola e da sala de aula para o aluno? Há rampas, banheiros adaptados, portas alargadas, entre outros?



- Os materiais pedagógicos são adequados para uso do aluno? Há lápis e canetas adequados à condição do aluno, alfabeto móvel, pranchas com letras e palavras, computador, teclados e mouses especiais, acionadores e outros?
- Como é a participação do aluno nas atividades propostas para sua turma?
- Elaborar quantas perguntas forem necessárias para traçar um plano pedagógico destinado ao aluno.

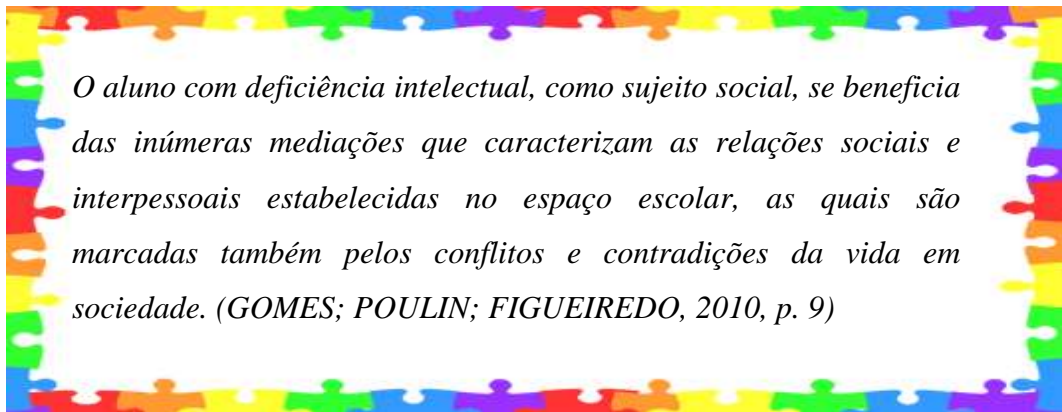
Levando em consideração os dados coletados no roteiro, o professor identifica as barreiras impostas pela deficiência e pelo meio, e disponibiliza recursos e estratégias para a participação do aluno, para o seu acesso à aprendizagem e, também, após as adequações o professor avalia o quanto o aluno conseguiu utilizar os recursos e as estratégias de comunicação nas atividades propostas no ensino comum.

A avaliação do aluno com deficiência física deve levar em consideração a forma de se comunicar deste aluno. O professor deve ter ciência de que ao adotar um padrão homogêneo de avaliação ele não estará, necessariamente, levando em conta a aprendizagem do seu aluno, e sim colocando em destaque as diferenças que este não tem condições de superar. O exemplo mais claro é o do professor que insiste na avaliação escrita ou que em uma avaliação escrita adota critérios que o aluno com dificuldades motoras não poderá atingir. Estes alunos podem realizar suas atividades utilizando os recursos da comunicação alternativa ao invés de escrever e, para tanto, o professor do AEE poderá auxiliar neste processo.

## Deficiência Intelectual

Entre as várias terminologias já utilizadas oficialmente, Deficiência Intelectual foi divulgada para substituir o termo deficiência mental após a publicação da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, realizada em outubro de 2004. Desde então, essa terminologia tem sido utilizada, fazendo parte de documentos oficiais do Governo Federal e outros. Nesta perspectiva, a deficiência intelectual passa a ser

compreendida como uma interação entre o funcionamento intelectual e as suas relações com o contexto social. Assim, as limitações deixam de ser observadas como dificuldade exclusiva da pessoa deficiente (perspectiva quantitativa da inteligência), passando a ser consideradas como limitações do contexto social que deve buscar e ofertar os apoios que ela necessita.



De modo geral, os alunos com deficiência intelectual possuem dificuldades específicas de aprendizagem, mas não se pode afirmar que os alunos com dificuldades para aprender possuam deficiência intelectual.

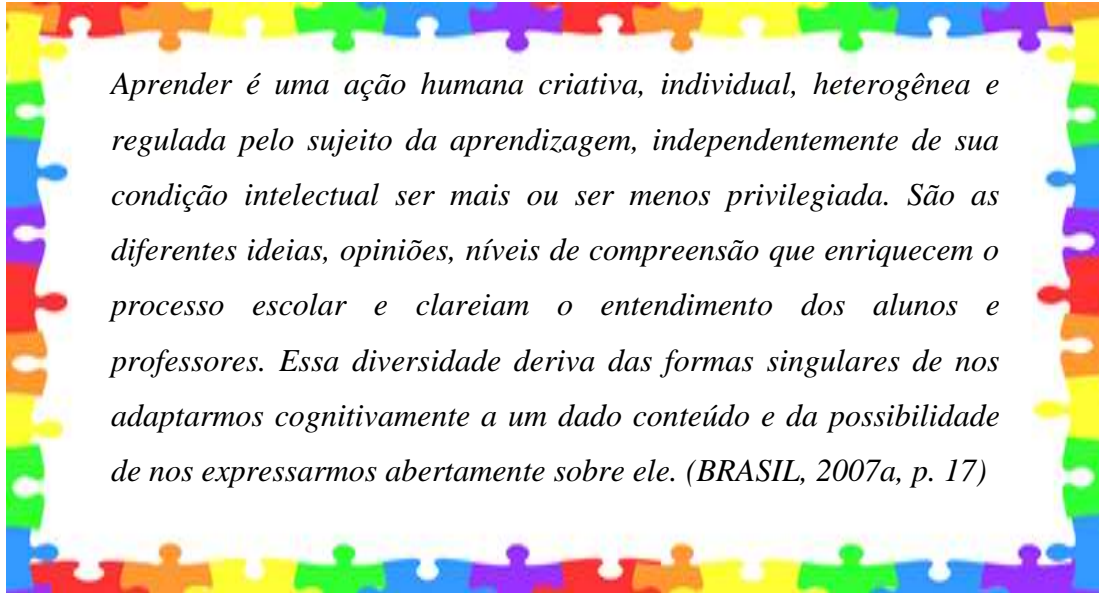
A atenção ao aluno com deficiência intelectual determina práticas pedagógicas questionadoras da reprodução de um padrão didático que reforça práticas infantilizadoras e inviabilizam a esses indivíduos a experimentação de novas realidades.



Infelizmente, é comum que ao receber o aluno com deficiência intelectual o professor não acredite na sua capacidade de aprender, ignorando que o desempenho escolar desse aluno dependerá das oportunidades e possibilidades de ações que o próprio professor pode prover ao aluno. Em geral, por não

acreditar na capacidade de aprender desses alunos, a escola limita-se a solicitar atividades de repetição, manipulação de objetos e/ ou treino motor; enquanto isso, os outros alunos estão envolvidos em situações reais de aprendizagem. Assim, o grande

desafio ao professor é deixar de lado práticas centradas em atividades de repetição e de memorização.



Estes alunos, com deficiência intelectual, tanto quanto os demais, precisam de atividades cognitivas que os desafiem a buscar soluções, precisam – talvez mais do que os demais – de questões que os insiram “em” situações-problema. As possibilidades de desenvolvimento destes alunos são determinadas, principalmente, pelas oportunidades que a escola é capaz de lhes ofertar, tanto em termos de desafios para suas próprias barreiras, mas também em termos de trabalho cooperativo e em convívio com os demais alunos.

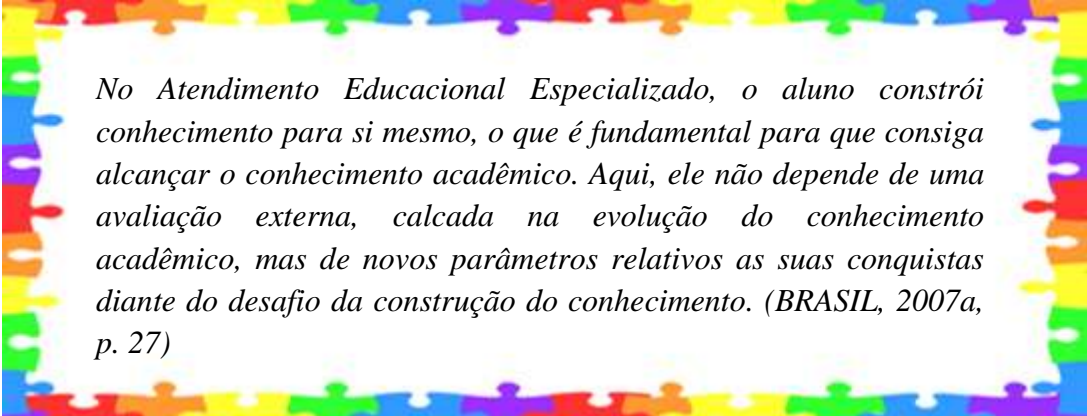
Ao promover situações significativas, os professores possibilitam que a aprendizagem se efetive, contribuindo para o desenvolvimento do aluno. As aprendizagens consolidadas na escola (e fora dela) são fundamentos para a vida social das pessoas com deficiência intelectual.

Ocorre um grave comprometimento no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual quando o professor busca nos diagnósticos médicos a “confirmação” da incapacidade como uma forma de “justificar” as dificuldades de aprendizagem que lhe permitirão se ausentar da tarefa pedagógica para com este aluno. A deficiência intelectual não significa a incapacidade para aprender, e é nessa questão, na aprendizagem, que deve se centrar a ação do professor. A grande questão a ser respondida é: como posso favorecer a que este aluno possa aprender mais? Na busca

pelas respostas, é fundamental não tratar o aluno como um “objeto”, cujos limites já estão estabelecidos por algum tipo impreciso de diagnóstico; deve-se focar as ações no que este ser humano é capaz de alcançar, valorizando o seu desempenho escolar.

## O Atendimento Educacional Especializado

O trabalho do professor de AEE é o de promover situações em que o aluno saia de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para uma postura dinâmica de apropriação do saber. O professor deve contemplar, em seu plano de ação, atividades que favoreçam a interação social e escolar do aluno.



*No Atendimento Educacional Especializado, o aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançar o conhecimento acadêmico. Aqui, ele não depende de uma avaliação externa, calcada na evolução do conhecimento acadêmico, mas de novos parâmetros relativos as suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento. (BRASIL, 2007a, p. 27)*

O professor do AEE também pode produzir materiais didáticos e pedagógicos que auxiliem na aprendizagem a partir das necessidades específicas desses alunos na sala de aula do ensino regular. O uso de recursos de baixa e alta tecnologia também é necessário para diminuir as barreiras que dificultam a aprendizagem do aluno. Vale sempre destacar e repetir a importância do trabalho articulado entre o professor da sala de aula e o professor do AEE.

Faz parte do trabalho do professor do AEE construir o perfil do aluno através do estudo de caso, o qual envolve todos os profissionais que atuam diretamente com ele. A família também pode contribuir com informações sobre o comportamento, comunicação e as formas de interação com o aluno. A partir das informações obtidas, o professor identifica o que mobilizou o encaminhamento dele à sala de recursos multifuncionais.

# Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A partir de dezembro de 2012, com a promulgação da Lei Federal N.º 12.764/12, as pessoas com transtorno do espectro autista passam a ser consideradas como pessoas com deficiência.

O autismo nos coloca frente a situações desafiadoras em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Primeiramente, cada aluno autista possui suas especificidades, pois as manifestações desse transtorno variam imensamente, tanto em relação ao nível de desenvolvimento quanto em relação à idade. Para melhor entendermos as características de uma pessoa autista, Belisário Filho (2010) nos sugere prestar atenção a:

- Dificuldade na comunicação quando associada ao desenvolvimento neuropsicomotor;
- Comprometimento em suas relações sociais, como dificuldade de troca de olhar até com pessoas da família;
- Estereotípias motoras; por exemplo, uma fala estereotipada e balançando os braços, em situações diferentes de sentimentos.



Além de dificuldades na interação social (resultando em prejuízos de ordem comportamental, comprometimentos na fala, movimentos corporais estereotipados), as crianças autistas podem apresentar interesse insistente em partes de objetos e por movimentos, como o da rodinha dos brinquedos, as pás de ventiladores, entre outros. Caracterizam-se também pela inflexibilidade no seu modo de ser, por rotinas

que se repetem diariamente, com forte resistência a mudanças.

É importante destacar que as primeiras experiências da criança autista no ambiente escolar devem estar próximas daquelas com as quais ela está acostumada a viver no cotidiano. Cabe à escola criar rotinas de estudo, diferentes daquelas que o aluno possa ter em casa e que seja de não-fazer-tarefa, não-estudo, não-interação e outras.

Algumas ações podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da criança autista:

- O aprendizado deve ser realizado a partir de situações reais;
- Valorizar o processo e a singularidade de cada aluno, evitando comparações sem sentido;
- Estabelecer a organização de rotinas para a criança;
- Proporcionar atividades em dupla e em grupos, possibilitando a referência de modos de agir e participação por meio de seus pares;
- Proporcionar ações com envolvimento de outros alunos;
- Dirigir-se verbalmente ao aluno autista durante as atividades em sala de aula;
- Propor práticas e intervenções novas e diferenciadas, considerando a organização do trabalho ao tempo e necessidade dos alunos;
- Pensar formas de avaliação que contemple a heterogeneidade da sala de aula, e não uma avaliação pautada na homogeneidade que contribua para a exclusão.

## O Atendimento Educacional Especializado

O aluno autista necessita de apoio educacional especializado. É importante que ele frequente o AEE para complementar sua escolaridade, pois o trabalho com práticas pedagógicas que propiciem seu desenvolvimento sócio cognitivo deve ser

realizado tanto pelo professor da sala de aula comum como pelo professor do AEE. Lembrando: estes profissionais devem, sempre, trabalhar de forma articulada.

Conforme disposta na Nota Técnica N.º 24/13 – MEC/SECADI/DPEE, o professor do AEE acompanha e avalia a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola, considerando os desafios que estes vivenciam no ensino comum, os objetivos do ensino e as atividades propostas no currículo, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua aprendizagem.

No trabalho com os alunos o professor deverá contemplar os itens abaixo.

- A superação do foco de trabalho nas estereotípias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência escolar.
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano escolar.
- Organização de todas as atividades escolares de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, alimentação em horário diferenciado, aula em espaços separados.
- Reconhecimento da escola como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras.
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.
- Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização,

bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo.

- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, possibilitando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.
- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação escolar, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano escolar e demais ambientes sociais.
- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento.
- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares.
- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização.
- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos.
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de



barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Para um bom resultado no trabalho com o aluno com transtorno do espectro autista, deve-se considerar a criação de redes intersetoriais de apoio à inclusão escolar, o envolvimento e a participação da família, das áreas da educação, saúde, assistência social, dentre outras.

A escola é um espaço muito importante para o aluno autista, pois sendo seu comprometimento em relação à interação social, se estes alunos forem isolados, estaremos reforçando suas dificuldades.

## Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação

É comum que os alunos com altas habilidades/superdotação sejam vistos e considerados como pessoas que possuem uma inteligência fora do comum em todas as áreas, só tiram notas boas, têm bom comportamento, são muito dedicados aos estudos. Isso é parte de um mito, como se estes alunos tivessem, biologicamente, uma inteligência “a mais” que as outras pessoas em todas ou em várias áreas do conhecimento. “Os alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse” (BRASIL, 2008).

Nem sempre o aluno com altas habilidades/superdotação se destaca academicamente; ele pode ter um comportamento agitado e nem sempre obter boas notas na escola. O aluno superdotado faz parte do público alvo da Educação Especial e também necessita de estratégias pedagógicas específicas.

Os alunos superdotados nem sempre são identificados durante seu processo de escolarização, ocasionando que algumas características apresentadas não tenham a intervenção necessária e adequada no seu ambiente escolar e familiar, podendo desencadear alguns desajustes emocionais e sociais. Nesse sentido, o processo de

identificação do aluno superdotado nem sempre é uma tarefa fácil, sendo que o seu comportamento e atitudes, geralmente, não são aqueles esperados e pensados pelos professores.

Baseados em Guimarães e Ourofino (2007), entre alguns traços comuns presentes nos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, destacamos os seguintes:

- Alto grau de curiosidade; boa memória; atenção concentrada; persistência; independência e autonomia; interesse por áreas e tópicos diversos; facilidade de aprendizagem; criatividade e imaginação; iniciativa; liderança; vocabulário avançado para sua idade cronológica; riqueza de expressão verbal (elaboração e fluência de ideias); habilidade para considerar pontos de vistas de outras pessoas; facilidade para interagir com crianças mais velhas ou com adultos; habilidade para lidar com ideias abstratas; habilidade para perceber discrepâncias entre ideias e pontos de vista; interesse por livros e outras fontes de conhecimento; alto nível de energia; preferência por situações/objetos novos; senso de humor; originalidade para resolver problemas.

Tendo em vista as dificuldades para identificação destes alunos, muitas vezes eles passam pela escola sem serem percebidos como superdotados. Em vista de suas características, podem até ser segregados ou mal vistos pelos professores. Uma das coisas que os destacam é a curiosidade, levando-os a fazer muitas perguntas sobre vários assuntos, principalmente sobre aqueles pelos quais possuem mais interesse. Assim, no ambiente familiar podem ser considerados como insistentes e cansativos; já, no ambiente escolar, as perguntas podem gerar uma situação incômoda, pois podem ser considerados inconvenientes, insistentes e até como aqueles que “querem aparecer” na turma. Isto porque é comum que quando os alunos superdotados perguntam e conversam sobre os assuntos de seu interesse apresentam um bom grau de compreensão e conhecimento.



A partir de Delpretto, Giffoni e Zardo (2010, p. 20), entende-se por “identificação” o conjunto de instrumentos pedagógicos que podem ser utilizados para o

reconhecimento de diferentes habilidades dos alunos em diversas áreas do conhecimento, considerando as especificidades das altas habilidades/superdotação. Essa prática de identificação traz o contexto da escola como foco de análise e a observação do professor possibilitando:

- Conhecer diferentes estratégias que alguns alunos usam na resolução de problemas;
- Revelar seus interesses e motivações; e
- Avaliar conhecimentos e estilos de aprendizagem, subsidiando o trabalho educacional.

Para a identificação do aluno é importante considerar, também, a entrevista com os professores e com a família. Os dados obtidos na entrevista poderão elencar elementos fundamentais, contribuindo para a identificação do aluno e para a elaboração do plano de trabalho no ensino regular e AEE.

Recomenda-se que o aluno superdotado seja matriculado e frequente a sala comum do ensino regular com apoio especializado no contraturno. O trabalho realizado com esse aluno na sala de aula comum, como também no Atendimento Educacional Especializado, deverá contemplar práticas pedagógicas de enriquecimento curricular, sendo que no AEE essas práticas são específicas, de acordo com a área de maior habilidade e interesse do aluno.

Referente à avaliação, Delpretto, Giffoni e Zardo (2010) ressaltam três momentos a se considerar:

- Verificar os conhecimentos prévios sobre os conteúdos, suas hipóteses e referências de aprendizagem;
- Verificar como se efetiva o processo de ensino e aprendizagem, o acompanhamento e aprofundamento dos temas estudados;
- Verificar o que os alunos aprenderam em relação à proposta inicial e as novas estabelecidas.

## O Atendimento Educacional Especializado

No Atendimento Educacional Especializado para o aluno com altas habilidades/superdotação é importante a realização do trabalho articulado com a sala de

aula comum, com a elaboração de um planejamento coletivo considerando a organização de estratégias e aplicabilidade de recursos pedagógicos para a aprendizagem deste aluno.

No AEE, o aluno superdotado será atendido na sala de recursos multifuncional destinada a essa necessidade específica. Nesse serviço, o AEE tem por objetivo complementar a formação do aluno com o planejamento e execução de atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes, conforme disposto no Artigo 07 da Resolução CNE/CNB N.º 4/09.

Os objetivos do atendimento educacional especializado são:

- Maximizar a participação do aluno na classe comum do ensino regular, beneficiando-se da interação no contexto escolar;
- Potencializar a(s) habilidade(s) demonstrada(s) pelo aluno, por meio do enriquecimento curricular previsto no plano de atendimento individual;
- Expandir o acesso do aluno a recursos de tecnologia, matérias pedagógicas e bibliográficos de sua área de interesse;
- Promover a participação do aluno em atividades voltadas à prática da pesquisa e desenvolvimento de produtos;
- Estimular a proposição e o desenvolvimento de projetos de trabalho no âmbito da escola, com temáticas diversificadas, como artes, esporte, ciências e outras.

(DELPRETTO; GIFFONI; ZARDO, 2010, p. 23)

O que se observa é que, de um modo geral, os materiais de leitura utilizados pelas escolas pouco tem a contribuir com o desenvolvimento do talento de crianças com altas habilidades/superdotação.

Uma sugestão é o trabalho e o desenvolvimento de projetos, de acordo com a área de interesse e/ou habilidade.



# Diversidades e Construção de Aprendizagens

A diversidade na escola sempre sugeriu grupos idênticos de alunos que aprendem da mesma forma, com as mesmas técnicas. Quando falamos em escolas inclusivas é necessário refletir sobre o que realmente queremos, se não estamos somente vendo as deficiências e agrupando alunos de acordo com suas dificuldades, ficando de qualquer forma separados dos demais no ambiente escolar.

A escola inclusiva precisa ser um ambiente que valorize as capacidades de seus alunos, de todos os alunos, onde possam aprender o que lhes é útil com conteúdos



funcionais, que possam expressar suas ideias, sentimentos, onde participem ativamente, onde suas habilidades sejam valorizadas e as dificuldades atendidas. “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos,

adotando novas práticas pedagógicas” (Machado, 2010).

É preciso refletir: Será que os apoios oferecidos aos alunos com alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem, estão realmente auxiliando-os em suas dificuldades e valorizando suas habilidades?

O que Ensinar, como ensinar e quando ensinar. Uma equipe de trabalho integrada, onde cada profissional saiba o que deve fazer, colaborando uns com os outros, tendo objetivos claros. O professor regente, com ajuda do profissional de apoio,

precisam organizar uma proposta curricular diferenciada para conseguir a aprendizagem que se pretende.

## O Currículo

As relações que se estabelecem no contexto escolar evidenciam a complexidade da organização curricular coerente. O currículo torna-se a base que estrutura a inclusão do aluno com rede regular de ensino.

“Entendemos o currículo como projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis para os professores que são diretamente responsáveis pela sua execução. O currículo proporciona informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, e o que, como e quando avaliar. Um currículo é uma tentativa de comunicar com propósitos educativos de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser efetivamente transladado em prática.” (Coll, 2000).

Quando falamos em currículo é importante considerar quem faz o planejamento e para quem é feito, pois a organização deste é influenciado por ambos. O professor quando planeja é influenciado por suas concepções pessoais, pelos seus valores, por sua história de vida, sua formação. Tendo que planejar para alunos com desejos, potenciais, dificuldades e necessidades diferentes uns dos outros. Portanto falar de diversidade inclui o professor, o aluno, as famílias e toda a comunidade escolar.

O currículo trará marcas da cultura a que pertence, antes de preparar o currículo é necessário analisar os indivíduos o contexto escolar em que estão inseridos, buscando selecionar objetivos e conteúdos que propiciem aprendizagem significativa.

Refletir sobre as bases filosóficas, ideológicas, princípios, objetivos, práticas pedagógicas é muito importante na elaboração curricular. As estratégias que incluem diferentes modalidades, as formas de organização, de ação, como colocar em prática o que foi programado e pensado, considerando os aspectos especiais e as adaptações curriculares quando forem necessárias.

As concepções do próprio professor são fundamentais para a prática pedagógica. Se pensarmos que o professor tem sua própria história, sua vida pessoal, profissional, formação e prática pedagógica que interferem no seu modo de ser e agir,

essa ação pode ser inclusiva ou não. Portanto, quando falamos sobre diversidade no contexto escolar devemos lembrar que ela se encontra em todas as partes envolvidas e não só no aluno.

## Base Nacional Comum Curricular

“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.” (Brasil – Ministério da Educação, 2018).

Considerada como um grande avanço para a Educação do País a BNCC estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Será a referência das escolas para elaboração curricular e ou adequação dos currículos já existentes. Organizada num programa comum de aprendizagem, para todos os municípios, estados e a federação.

Pretende-se com a BNCC assegurar que todas as competências básicas sejam desenvolvidas promovendo o desenvolvimento da aprendizagem.

“Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (Brasil – Ministério da Educação, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular coloca 10 competências gerais que devem para serem desenvolvidas integradas aos currículos, durante a educação básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.



8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (Brasil – Ministério da Educação, 2018).

A BNCC indica que o currículo deve ser orientado para o desenvolvimento dessas competências. Deve-se considerar a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores dos educandos, desenvolvendo o saber fazer, atuando de maneira funcional na vida cotidiana, no exercício da cidadania e nos espaços de trabalho.



No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os

dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.” (Brasil – Ministério da Educação, 2017).

A BNCC busca a Educação Integral, buscando o desenvolvimento das capacidades globais, não apenas intelectuais. Considera o aluno como sujeito ativo, considerando suas singularidades, habilidades e diversidade. “Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças.” (Brasil – Ministério da Educação, 2017).

A escola passa a acolher as diferenças, a diversidade, valorizando o ser humano que tem direito de aprender. Presa pela igualdade educacional e pelo respeito a singularidade.

## Adaptações Curriculares

As adaptações curriculares propostas pelo MEC visam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar.

O currículo para uma escola inclusiva precisa ser aberto, flexível, para ser adaptado as particularidades dos alunos, dos ambientes, encontrando várias formas de atender a diversidade. As práticas inclusivas devem constar no Plano Político Pedagógico da escola. É ele que dá o rumo a direção a seguir. Traça as ações e os compromissos coletivos.

O PPP é o compromisso articulado com interesses reais e coletivos de toda a comunidade escolar. O PPP possibilita a autonomia escolar para flexibilizar e definir as prioridades favorecendo a diversidades.

Todas as modificações necessárias, podem ser consideradas adaptações. Podem existir em vários níveis, devem acontecer somente quando a proposta geral não corresponde às necessidades dos alunos. Precisam ser programadas, pensadas após uma avaliação cuidadosa do aluno, com o objetivo de conhecer suas particularidades, determinar em que nível de aprendizagem se encontram, quais as condições funcionais.

As adaptações devem acontecer em todos os ambientes e serem executadas por todos os envolvidos. É preciso saber o que o aluno consegue fazer sozinho, qual seu conhecimento prévio, o aprendizado que já tem e no que ele precisa de auxílio.

Após esta avaliação se pode definir os conteúdos a serem trabalhados, os objetivos definidos e a seleção do que ensinar.

## Conteúdos

É necessário enfatizar e destacar a importância dos conteúdos no processo de ensino e aprendizagem, conteúdo pode ser considerado como os conhecimentos que a sociedade confere maior importância num dado momento, refletindo diretamente o que se entende de educação escolar.

O conteúdo escolar é a seleção de formas ou saberes culturais, conceitos, explicações, raciocínios, habilidades, linguagens, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, modelos de conduta entre outros, cuja assimilação é considerada essencial para que se produzam desenvolvimento e socialização adequados no aluno.

A finalidade do conteúdo é a integração do aluno com o meio, e não apenas conhecer o meio em que se encontra. Deve proporcionar independência e autonomia, garantir situações ideais para o aluno desenvolver suas potencialidades, capacidades cognitivas, afetivas, sociais.

“O que importa é que os alunos possam construir significados e atribuir sentido àquilo que aprendem. Somente na medida em que se produz este processo de construção de significados e de atribuição de sentido se consegue que a aprendizagem de conteúdos específicos cumpra a função que lhe é determinada e que justifica a sua importância: contribuir para o crescimento pessoal dos alunos, favorecendo e promovendo o seu desenvolvimento e sociabilização” (Coll, 1998).

Quanto às escolhas dos conteúdos, deve-se elencar as diretrizes básicas do ensino, quais os conteúdos que precisam ser apresentados para aquela turma ou aquela faixa-etária. Priorizando os conteúdos básicos e essenciais em detrimento de conteúdos secundários e menos relevantes. É importante seguir uma sequência gradativa, iniciar pelo mais simples e caminhar para o mais complexo.

Apoio complementar e reforço individual, quando necessário. Para a escolha dos conteúdos é necessário ter objetivos, já traçados e avaliação acadêmica do aluno.

## Os Objetivos

Os objetivos devem definir as prioridades, buscando o que é mais importante de acordo com os critérios de funcionalidade. Dar ênfase as capacidades, reforçar e valorizar as habilidades e garantir a adaptabilidade. Precisam ser adequados aos conteúdos e incluir todas as áreas de desenvolvimento, pessoal, social e acadêmica.

## Avaliação

O principal papel da avaliação é dar indicações de conteúdos e processos ainda não aprendidos pelos alunos que devem ser retomados.

Permitir reajustes constantes.

FUNÇÃO DIAGNÓSTICA → busca responder duas questões centrais:

- Capacidades, conhecimento prévio do aluno que inicia o ciclo ou série.
- Até que ponto o aluno cumpriu ou aprendeu metas estabelecidas-capacidades esperadas em determinado nível ou série.
- Possibilita monitorar e intervir na aprendizagem, para orientar o ensino e resgatar o sucesso dos alunos.
- Amplia a possibilidade de perceber os avanços e rupturas.
- Cria oportunidade de alterar a rota traçada.
- Possibilita outras formas de organização do trabalho, ações ou estratégias.
- Serve para replanejar metas e corrigir ações inadequadas.
- Seleção de técnicas e instrumentos de acordo com as necessidades especiais de cada aluno.
- Procedimentos didáticos - Atividades-alteração e seleção de métodos-atividades complementares.
- Alteração da complexidade das atividades.
- Seleção e adaptação do material.

- Tempo flexível.

A avaliação acadêmica proporciona o perfil de cada aluno, os progressos e as dificuldades encontradas.

## Avaliações Informais e Formais

### Avaliação Informal

Neste tipo de avaliação são utilizados recursos como a observação do aluno no ambiente de aprendizagem, para ver como ele se comporta, considerando sua aptidão social, aptidões curriculares em relação aos conceitos exigidos de acordo com o ano escolar em que se encontra. As produções do aluno são consideradas, nelas pode-se observar as respostas, o padrão de erro e a frequência em que ocorrem. A forma como executa as tarefas permite identificar componentes principais: como realiza, organiza, resolve problemas e estrutura a tarefa. Se consegue iniciar sem ajuda e se conclui.

Avaliações de proficiência podem ser utilizadas buscando saber sobre conhecimentos formais, quais os conteúdos escolares já adquiridos, porém é importante priorizar a independência e autonomia, garantir conteúdos básicos e essências.

A participação dos professores é fundamental para levantar dados sobre estilos de aprendizagem, atenção, comportamento, execução das atividades, comunicação, interação social...



Esta avaliação é tão importante quanto às avaliações formais, ela é que levará aos objetivos para intervenção adequada, quais as habilidades que precisam ser aprendidas, as estratégias, orientações, instruções aos alunos e para a equipe de apoio.

## Avaliação Formal

Essa é a avaliação feita por especialistas a fim de detectar possíveis interferências no desenvolvimento da aprendizagem. São realizadas através de testes padronizados reconhecidos internacionalmente que darão o diagnóstico e elas são fundamentais para se chegar a capacidade funcional do aluno e com isso criar condições possíveis para realização das intervenções.

## Programa Educacional Individual

O PEI (Programa Educacional Individualizado) é uma possibilidade onde o conteúdo a ser trabalhado passa por um processo de personalização, considerando o que é relevante para cada aluno. Nele devem conter as metas e estratégias pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento, a independência, autonomia e aprendizagem.

É de acordo com as informações recolhidas na avaliação que se verifica que tipo de intervenções correspondem às necessidades específicas do aluno, quais os profissionais que irão participar do trabalho e também os tipos de apoio necessários.

O PEI se constrói a partir da avaliação, da obtenção dos resultados obtidos que permitem delinear o caminho educacional adequado.

Os conteúdos básicos e essenciais que permitam ao aluno ter independência e autonomia precisam ter uma estrutura que possa ser seguida, monitorando o que é aprendido e aumentando a complexidade de acordo com a evolução.

Seguir uma estrutura permite este monitoramento e uma sequência lógica e previsível, que onde quer que o aluno esteja é possível seguir em frente na intervenção. Sugere-se então seguir a estrutura linguística da Língua Portuguesa e a Estrutura do raciocínio Lógico.

## Aprendizagem da Leitura e da Escrita

Ao conjunto de habilidades fundamentais e importantes à sobrevivência humana destaca-se a linguagem em suas diversas formas, mas principalmente, nas formas oral e escrita.

Cada um de nós adquiriu espontaneamente a língua que ouviu desde os primeiros dias de vida. Língua de nosso meio familiar, ou seja, a língua materna. Sua aquisição foi intuitiva e espontânea, nascemos predeterminados a aprender qualquer língua, desde que estejamos expostos à fala daqueles que nos cercam, experimentando juntos os mesmos modos de viver.

A língua nos auxilia na comunicação interpessoal, na representação das imagens, que construímos, do mundo conhecido, compartilhado, e também, na expressão de emoções e sentimentos mais autênticos.

As atividades humanas são de uma forma ou de outra afetadas por alguma forma de comunicação. Nos comunicamos de diversas formas, na maneira de vestir, andar, sentar, calar, postura e no comportamento. Cada vez mais estas formas de comunicação são estudadas.

O mundo da comunicação é muito vasto, mesmo que predomine a ideia de que comunicação seja só falada ou escrita outros meios de comunicação surgem a cada dia melhorando e facilitando esse processo. Os meios de comunicação são muito importantes para a sociedade. Além de entretenimento, também proporcionam informações de todos os tipos.

A internet, por exemplo, foi uma revolução, visto que permite que as informações sejam obtidas com extrema rapidez e facilidade. Algumas redes sociais possibilitam a comunicação instantânea entre pessoas localizadas em diferentes lugares. Outro avanço é a realização de cursos à distância, que podem ser realizados através de aulas acompanhadas pelo computador.

Todo ato de comunicação constitui um processo de transmissão de uma mensagem. Neste processo alguns elementos precisam estar envolvidos para que se efetive a comunicação:

O emissor, que é quem transmite a mensagem, e pode ser um indivíduo, um grupo, um empresa, um órgão... O receptor, quem recebe a mensagem, que pode ser um

indivíduo, um grupo, um animal ou até uma máquina. Receber uma mensagem não significa que ela será decodificada e compreendida.

A mensagem é tudo aquilo que o emissor transmite, e, é transmitida através de um canal de comunicação. E o canal é o meio através do qual a mensagem é levada. As mensagens são transmitidas através de sons, palavras, músicas, imagens, desenhos, símbolos.

Cada tipo de comunicação tem seu código próprio que é um conjunto de signos e suas regras. Códigos diferentes são usados de acordo com a situação comunicativa. A mensagem sempre traz um conteúdo, que é o assunto da comunicação. Para que a comunicação se realize todos os elementos precisam funcionar adequadamente. Se por exemplo o receptor não capta ou não entende a mensagem não há comunicação.

## Linguagem e Comunicação

Para considerar os aspectos que envolvem linguagem e comunicação é importante saber a diferença entre linguagem e língua.

A língua é uma instituição social, uma forma de linguagem, comum aos indivíduos de uma mesma comunidade, é um código, um sistema de signos caracteriza-se pela socialização de hábitos vocais. É o conjunto específico de códigos e palavras diversas, usados sob regras e leis de combinação que, na verdade, é o que permite que a mensagem seja passada de maneira compreensível.

É muito provável que a mensagem não seja compreendida totalmente caso seja passada de forma incomum às regras previamente estabelecidas. “A Língua enquanto sistema, é um conjunto organizado de sons e significados, comuns a todos os membros de uma comunidade linguística.” (Andrade, 2010).

Linguagem é a forma de sistema verbal e não verbal que nos permite expressar sentimentos, sensações, transmitir informações, opiniões ou mesmo expressar desejos, proporcionando a troca de dados entre pessoas de diferentes tradições e localidades.



“A linguagem deve ser concebida no contexto da interação social, não simplesmente como meio de transmissão de informação, mas sim como projeção das próprias pessoas, veículo de trocas, de relações, como meio de representação e comunicação. Neste sentido, a linguagem possui uma dinâmica, que implica a participação do outro, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo infantil.” (Zorzi, 2013).

## Língua Oral e Língua Escrita

O processo de comunicação pode realizar-se através da língua oral ou da língua escrita, a Língua pode ser a mesma, mas a expressão escrita difere da oral. A linguagem escrita surgiu em estágios avançados da civilização humana e adquiriu através do tempo alto prestígio que quase se esqueceu que anterior a ela está a linguagem oral que é o suporte da escrita. A escrita apareceu como tentativa de reprodução gráfica dos sons da fala. Os grafemas: letras representam os fonemas: sons.

Os sinais de pontuação reproduzem a entonação, timbre, altura, ênfase, pausas e velocidade da enunciação, que são características da linguagem oral.

A linguagem falada é concreta, espontânea não apresentando grande preocupação gramatical. O vocabulário é mais restrito e está constantemente em renovação. Ela conta com gestos, expressões, posturas que completam ou dão sentido a comunicação.

Já a linguagem escrita é mais abstrata, refletida exigindo maior obediência as regras gramaticais, com vocabulário mais apurado e mais conservador. Para que a comunicação seja eficiente é indispensável o uso adequado da linguagem. A língua permite aos falantes uma multiplicidade de usos, de acordo com as exigências situacionais da comunicação.

## A Linguagem na Escola

As crianças aprendem a falar espontaneamente somente por estarem imersas em um universo oral familiar. Não requer nenhum método especial de ensino para aprender a falar, a única condição é que não existam impedimentos sensoriais, físicos,

cognitivos ou afetivos. Porém uma criança não aprende a ler nem escrever espontaneamente, é preciso ser ensinado intencional e explicitamente.

Uma das funções da escola é possibilitar o acesso à língua escrita. Os alunos chegam a escola com ideias prévias em relação a linguagem escrita, que nascem da reflexão sobre a experiência. Mas a aprendizagem da escrita requer maior informação do que a que habitualmente é oferecida em casa. Isso cabe a escola oferecer.

Para que tenha acesso ao uso do sistema alfabético próprio de nosso idioma a criança precisa de ajuda. Os conceitos devem ser inseridos, revisados, esclarecidos e aprendidos. É preciso que se ensine os procedimentos de leitura e de escrita, para que construam significados culturais que se transmite pela linguagem e sejam capazes de comunicar-se utilizando a mesma.

A linguagem escrita não é uma necessidade vital, nem intrínseca do ser humano, portanto não se adquire com a maturidade. “Ensinar ler e escrever é tarefa da escola: o que ela vem fazendo ao longo dos séculos. No entanto muitas são as questões sobre os conteúdos escolares e os modos de ensinar a linguagem escrita.” (Curto, 2000).

Em contato com a linguagem escrita as crianças elaboram ideias e tentam atribuir significados à escrita, mas à medida que vão sendo ensinadas essas ideias mudam de acordo com a informação que recebem. É um processo complexo de estruturação e reconstrução de teorias feitas pelas crianças.

Para o ensino da escrita tão importante quanto as ideias dos alunos são as ideias dos professores sobre o que é o ensino da escrita. O professor precisa acompanhar o aluno no seu processo de aprendizagem.

Na fase inicial da língua escrita os alunos ainda não são capazes de compreender sozinhos as novas situações comunicação, eles precisam que o professor organize sequencias didáticas específicas para apropriação do sistema de escrita alfabética. Incluindo as práticas sociais e o uso da linguagem.

## Sistema Alfabético

O Ministério da Educação e Cultura Brasileiro criou em 2012 o Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa - o PNAIC. Com objetivo de garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas.

O pacto é um compromisso firmado entre os governos: Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos municípios. Quatro princípios centrais são considerados neste pacto:

1. O Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. O desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. Conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. A ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem. (Brasil – Pacto, 2017).

Utilizaremos alguns pontos específicos do Pacto para fundamentar o trabalho seguindo a estrutura linguística do Sistema de Escrita Alfabética utilizado no Brasil.

Na terceira unidade de 2012, o pacto traz a discussão sobre o Sistema de Escrita Alfabético ser um sistema Notacional e não um código. Um sistema cognitivo que prioriza a ação dos alunos, onde os alunos compreendem o que aprendem e não apenas reproduzem o que é passado pelo professor. Com regras e organizações específicas que orientam como os símbolos devem ser utilizados.

No sistema Notacional os alunos vão construindo de acordo com o que vão aprendendo. Vão percebendo que as letras são diferentes dos desenhos e dos números, que tem formatos específicos, que variam quando maiúsculas, minúsculas, cursiva... Que elas são segmentos sonoros menores que a sílaba. Aprendem a rota gráfica compreendendo que se uma letra muda no interior de uma palavra esta perde o sentido; porém, uma mesma letra pode aparecer dentro de uma palavra mais que uma vez. Além das letras existem os sinais de pontuação, os acentos e que esses podem mudar o som e o tom das letras. Percebem que as letras formam sílabas que variam de acordo com as combinações entre vogais e consoantes, e que todas as sílabas do Português contêm pelo menos uma vogal.

Soares (2003) propõe um tema oportuno para o debate: a perda de especificidade do processo de alfabetização nas práticas escolares. A argumentação que desenvolve para tratar o tema parte do pressuposto de que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo que se faz por meio de duas vias, uma técnica e outra que diz respeito ao uso social.

De um lado, esse processo implica o indispensável aprendizado de uma técnica que consiste, entre outras coisas, em levar o indivíduo a ser capaz de estabelecer relações entre sons e letras, de fonemas com grafemas. Por outro lado, o aprendizado da técnica só fará sentido se ele se fizer em situações sociais que propiciem práticas de uso. O uso social é que dá sentido ao domínio da técnica. “Não adianta aprender uma técnica e não saber usá-la.” (Soares, 2003).

O domínio da técnica de relacionar som/grafia, reconhecer letras, codificar, usar o papel, usar o lápis, e saber como usar nas práticas sociais, as mais variadas, são duas aprendizagens distintas: processos cognitivos e objetos de conhecimento. Esses processos são distintos, mas indissociáveis, porque as duas aprendizagens se fazem ao mesmo tempo, uma não é pré-requisito da outra.

Essa aprendizagem acontece no contexto, no meio em que os alunos vivem, através dos diversos textos de circulação social, para que se destinam, quais as informações e mensagens que eles contêm. “Ao professor cumpriria organizar e socializar as informações que os alunos trazem consigo e, progressivamente, criar as situações necessárias em que eles assumam os papéis de leitor e de escritor.” (CEEL - Centro de Estudos em Educação e Linguagem, 2015).

Sendo a alfabetização um processo em construção de hipóteses, para que aprenda a ler o aluno precisa de situações desafiadoras onde faça análise, reflita e possa agir utilizando textos do seu cotidiano.

“Ora, absurdo é não ter método na educação. Educação é, por definição, um processo dirigido a objetivos. Só vamos educar os outros se quisermos que eles fiquem diferentes, pois educar é um processo de transformação das pessoas. Se existem objetivos, temos de caminhar para eles e, para isso, temos de saber qual é o melhor caminho. Então, de qualquer teoria educacional tem de derivar um método que dê um caminho ao professor. É uma falsa inferência achar que a teoria construtivista não pode ter método assim como é falso o pressuposto de que a criança vai aprender a ler e

escrever só pelo convívio com textos. O ambiente alfabetizador não é suficiente.” (Soares, 2004).

O professor deverá facilitar o contato do aluno com a escrita e ajudá-lo a construir os conhecimentos de modo gradativo, auxiliando-o a sistematizar os saberes. Precisa ajudar a atribuir significados à escrita nos mais diversos textos, conquistando a consciência fonológica<sup>15</sup>.

“A consciência fonológica refere-se tanto à consciência de que a fala pode ser segmentada quanto à habilidade de manipular tais segmentos, e se desenvolve gradualmente à medida que a criança vai tomando consciência do sistema sonoro da língua, ou seja, de palavras, sílabas e fonemas como unidades identificáveis.” (Capovilla; Capovilla, 2000).

A capacidade de pensar conscientemente sobre os sons da fala e suas combinações assume especial relevo para a aprendizagem da leitura e escrita, que é a aquisição mais importante nos primeiros anos de escolaridade da criança. De forma sucinta, pode dizer-se que esta complexa tarefa resulta da relação entre a escrita das palavras e a oralidade, o que implica a capacidade de identificar os sons da fala (fonemas) e manipulá-los, de forma a estabelecer a relação necessária entre eles e a sua representação ortográfica.

Quando lemos utilizamos duas vias: Fonológica - capacidade de segmentar as palavras em sílabas e letras, por exemplo, e é utilizada quando o reconhecimento visual está prejudicado. Já a via Léxica é o reconhecimento visual das letras, sílabas e palavras. Na fase inicial da alfabetização aliar o reconhecimento visual ao fonológico auxiliam na aquisição da leitura. O início do aprendizado do sistema alfabético exige da criança o desenvolvimento de competências metalinguísticas, que lhe possibilitam a compreensão da relação grafema-fonema, o direcionamento de sua atenção para os diferentes segmentos da palavra, a composição oral da palavra lida e a escrita da palavra pretendida. O sucesso na aprendizagem da escrita será tanto maior quanto melhor for desenvolvida a capacidade metalinguística de consciência fonológica.

---

<sup>15</sup> Consciência fonológica é a capacidade de perceber que a língua falada pode ser segmentada em unidades distintas: as frases em palavras, as palavras em sílabas e as sílabas em fonemas. E entender que as palavras são construídas por uma sequência de fonemas representados por grafemas. Essa capacidade refere-se à segmentação nos níveis de palavras, rimas, aliterações, sílabas e fonemas.

## Desenvolvimento do Raciocínio Lógico

Jean Piaget, pesquisador, deixa claro a importância da interação com o outro, dos estímulos e o fato que o pensamento lógico, é possível aos indivíduos, mas nem sempre é alcançado.

Até aos dois anos aproximadamente a criança encontra-se em um período onde analisa o mundo através dos sentidos e da motricidade, é através da ação que ela faz suas descobertas. “Ora, à falta de linguagem e de função simbólica, tais construções se efetuam exclusivamente apoiadas em percepções e movimentos, ou seja através de uma coordenação sensório-motora das ações sem que intervenha a representação ou o pensamento.” (Piaget, 1990).

A partir dos oito meses quando inicia a conduta imitativa que dará condições á atividade simbólica. Inicialmente a criança constrói conceitos que são só seus, que partem de sua forma de pensar. A linguagem aparece a partir da função simbólica e através da relação afetiva e social com o outro. A criança estabelece relações através das experiências e dos acontecimentos do seu cotidiano.

A criança não consegue distinguir o mundo externo do seu e a lógica se desenvolve em função da socialização. Enquanto ela pensa que todos pensam como ela, não argumenta, nem verifica suas afirmações. O egocentrismo não permite que chegue a objetividade.

Por volta dos cinco anos de idade aparece o Realismo Nominal quando a criança imagina que a palavra é parte integrante do objeto. Ela acha que pode dominar seus desejos através dos pensamentos, ou seja acha que aquilo que ela pensa pode realmente acontecer.

“Acredita que é suficiente acreditar em alguma coisa, para que isso se produza, ou precisa de isolantes para evitar que seu desejo aconteça. A criança voltada para si, pensa que sua vontade, seu desejo são muito fortes, sendo causadores dos fenômenos. Assim ela pode ficar com raiva da mãe e desejar que ela morra; depois passar a apresentar grande medo que isto ocorra, pois imagina poder provocar o fato através do pensamento.” (Simons, 2003).

Nesta fase há confusão entre realidade e fantasia, a presença do medo e de estratégias e rituais de proteção.

O raciocínio da criança ainda não lhe permite perceber o todo, ela ainda está descobrindo como as coisas são ou acontecem no mundo, por isso pensa as coisas que arroteiam a partir de suas próprias experiências, das suas descobertas. É incapaz de descentrar o pensamento, apenas julga o que vê e não faz a compensação mentalmente. Não consegue analisar o todo e dele retirar suas partes. Reconhece classes, mas não as compara com subclasses. “Se dermos a uma criança uma nota de cinco reais e a outra cinco notas de um real, não conseguiremos convencê-las que ambas têm o mesmo valor; a criança constatará mais notas e não conseguirá fazer a transposição de que cinco notas de menor valor valem o mesmo que uma nota de maior valor.” (Simons, 2003).

A criança inicia o sistema lógico quando faz e desfaz, analisa e trona essas análises móveis e reversíveis. Quando a criança vai se libertando do egocentrismo as possibilidades da construção lógica aumenta. Isso acontece por volta dos sete anos quando ela percebe que seus pensamentos diferem dos demais. As relações são muito importantes, pois através delas que vão percebendo opiniões e pensamentos diferentes.

É através da ação que se desenvolve o conhecimento lógico-matemático, com as relações que as crianças estabelecem com os objetos, criando uma rede de combinações que não mais serão esquecidas. E cada nova experiência será introduzida e organizada com as já existentes. “O principal objetivo da Educação deve ser formar pessoas criativas, ativas, seguras, capazes de fazer coisas novas, e não apenas criar enciclopédias ambulantes. Importante é saber procurara informações numa enciclopédia, e não apenas incorporá-la.” (Simons, 2003).

As experiências serão, portanto, fundamentais para a construção do raciocínio lógico. O ensino da Matemática na escola exige uma lógica já estabelecida, quando a criança não atingiu esta lógica apresentará dificuldades posteriormente.

“Para o desenvolvimento do senso matemático das crianças é fundamental que se explore os três campos: o espacial, o numérico e o das medidas. O espacial tem como eixo central o estudo das formas e das posições dos objetos presentes no contexto de vida das crianças e servirá de apoio ao posterior estudo da Geometria; o numérico versa sobre o mundo das quantidades, da contagem e das representações destas e apoiará o estudo da Aritmética; o campo das medidas trata dos diferentes tipos de conceitos de medida e desempenhará a função de integrar os conhecimentos geométricos com os aritméticos.” (Lorenzatto, 2015).

Esses pré-requisitos são fundamentais para desenvolverem o raciocínio lógico matemático. As crianças quando chegam a escola para aprenderem formalmente conceitos matemáticos já trazem conhecimentos e habilidades frutos de sua história de vida. É importante partir destes conhecimentos para introduzir ou revisar noções básicas de diversas formas: verbais, com materiais concretos, desenhos, histórias de modo a facilitar a percepção e o entendimento do significado de cada uma delas.

As noções básicas sugeridas por Lorenzatto (2015) são as seguintes:

grande/pequeno	muito/pouco	em cima/embaixo
maior/menor	igual/diferente	direita/esquerda
grosso/fino	dentro/fora	primeiro/último/entre
alto/baixo	começo/meio/fim	na frente/atrás/para o lado
curto/comprido	antes/agora/depois	para a direita/para a esquerda
largo/estrito	cedo/tarde	para cima/para baixo
perto/longe	dia/noite	ganhar/perder
leve/pesado	ontem/hoje/amanhã	aumentar/diminuir
vazio/cheio	devagar/pressa	para frente/para trás/para o lado
mais/menos	aberto/fechado	

Fonte: Lorenzatto (2015)

Ainda há os conceitos físico-matemáticos que possuem relação direta com essas noções básicas e com os campos matemáticos. Os conceitos físico-matemáticos abrangem toda e qualquer noção básica que os pequenos precisam aprender durante sua estada na educação da primeira infância e ajudam a desenvolver os três campos matemáticos. Estes conceitos físico-matemáticos são:

Tamanho	Quantidade	Posição	Volume
Lugar	Número	Medição	Comprimento
Distância	Capacidade	Operação	Massa
Forma	Tempo	Direção	

## Processos Mentais Básicos

Os sete processos mentais básicos acontecem de maneira diferente e única, ou seja, as crianças podem ter a mesma idade, porém não se encontram no mesmo processo cognitivo. Desenvolvendo atividades diversificadas onde as crianças possam atuar com matérias diversas faz com que evoluam em suas capacidades cognitivas.



Os sete processos mentais:

- 1- Correspondência- estabelecer a relação um a um.
- 2- Comparação- estabelecer diferenças e semelhanças.
- 3- Classificação- separa em categorias de acordo com semelhanças ou diferenças.
- 4- Sequenciação-suceder a cada elemento um outro sem considerar a ordem entre eles.
- 5- Seriação-ordem seguindo um critério.
- 6- Inclusão-fazer abranger um conjunto por outro, incluir elementos de um conjunto.
- 7- Conservação- saber que a quantidade não depende da disposição, arrumação, forma ou posição (Lorenzato, 2017).

Para o desenvolvimento do raciocínio Lógico Matemático o professor deve possibilitar diferentes recursos didáticos, manipulativos, visuais e verbais. Precisa perceber e discutir as diferentes estratégias de soluções propostas por eles. Respeitando as ideias, formas de raciocínio.

## Construção do Número

O número está presente em várias situações no dia a dia. Ele serve para localizar, identificar, quantificar, contar, calcular, medir... O campo conceitual do número se constitui de diversas variáveis, a formação do conceito do número vai além do reconhecimento dos numerais. Mesmo antes de ir para a escola a criança convive com o número de diversas formas.

No início da escolarização é importante a noção de quantidade embora possa não ser associada ao número. Neste início, as comparações de conjuntos e elementos são fundamentais; conjuntos com mais elementos, menos, ou a mesma coisa em vez de qual a quantidade, tais experiências devem ser realizadas em conjuntos com no máximo 5 elementos e somente quando conseguirem indicar que a quantidade de elementos não dependem das disposição, das cores, das formas dos mesmos no conjunto, é que se deve amentar o número de elementos para 09 e novamente fazer as comparações.

É importante lembrar que, para fazer estas comparações, não é necessário o reconhecimento dos numerais. O fato da criança conhecer e ordenar os numerais até o 9, não significa que conseguir é fazer as comparações.

Quando as crianças dominarem as comparações até 9 pode-se então iniciar com o registro das mesmas através dos numerais. “Símbolo numeral é a representação de ideia de número” (Lorenzato, 2017). É através das comparações e classificações de conjuntos que as crianças ampliam a percepção da noção do número.

## Ensinando os Numerais

O zero é um número que sempre que por muito tempo foi ensinado como um número sem valor, insignificante. porém isso confunde quando em uma operação com recurso a criança precisa emprestar por exemplo do 100, como explicar a ela se dizemos que o zero não vale nada. Então, para Lorenzato (2015), o zero deve ser ensinado como um número que guarda o lugar de outros números.

É importante mostrar que com a presença do zero os números podem aumentar o seu valor, na multiplicação anula os produtos e na subtração empresta mesmo não tendo. O aparecimento do zero acontece com necessidade de registrar a troca de um conjunto de elementos por unidades maiores: unidade para dezenas e dezenas para centenas.

- Contar termo a termo: essa é uma atividade que permite o entendimento que todos os elementos devem ser contados uma a uma posteriormente deve ter condições de contar dois a dois, três em três... e avançando ser capaz de multiplicar.

- Numerais ordinais e cardinais: os aspectos ordinal e cardinal do número acontecem simultaneamente e é por conta disso que entendemos: mais que, tanto quanto, sucessor, antecessor... apesar de interligados esses aspectos diferem:

Ordinal- um só elemento e a posição em um conjunto, a ordem.

Cardinal- total de elementos num conjunto, relação de inclusão.

“Assim, fazer cinco anos significa que já foram feitos 4,3,2, e 1, pois o 5 inclui todos os anteriores, mas também significa um momento específico de uma série, que é o quinto.” (Lorenzato, 2017).

- A escrita e a leitura dos números: quando aprendemos escrever e ler os números percebemos que são diferentes na forma e no nome até o nove. Porém quando chega o dez o um repete e agora aparece o zero na forma e o nome é 10 o que dificulta muito a compreensão das crianças. Elas precisam perceber que a numeração possui somente dez símbolos e que a partir do dez todos os numerais serão representados por estes 10 símbolos e que o dependendo da posição em que se encontram mudam de valor.

- As 4 operações: antes das operações formais é necessário um trabalho intenso com conceitos básicos pois são a base da compreensão do sistema.

As crianças precisam de experiências onde precisem tirar, somar, repartir. Fazerem composição, ajuntamento, decomposição, separação, comparação, separação, repartição, distribuição para que consigam perceber as três noções diferentes: aumento, diminuição e repartição.

A experiência de situações problema também devem ser vivenciadas, onde possam propor repostas através da ação contextualizada, para que percebam se sua resposta está correta e se não, de que outra forma podem chegar ao resultado correto.



## Conclusão

O documento Diretriz Curricular da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da AMARP, ora aqui apresentado não garante a inclusão e a execução de políticas públicas para a educação especial nos municípios. Seu objetivo é nortear e ressignificar algumas práticas. É importante que cada município regulamente e fortaleça as Políticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva com apoio do Conselho Municipal de Educação, sempre respeitando as legislações nacionais e estaduais.



## Referências Bibliográficas

BRASIL - Diretrizes de estimulação precoce crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor- Ministério da Saúde- Brasília- 2016.

BRASIL - Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC, SEESP, 1995

BRASIL - Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.

BRASIL . A Construção de Práticas Educacionais para Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. vol. 1: Orientação a Professores. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2007.

BRASIL . Altas Habilidades /Superdotação Encorajando Potenciais. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2007.

BRASIL . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL . Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) .

BRASIL . Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto Federal nº 3959/2001 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm)

BRASIL. Decreto Federal nº 6949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova

York, em 30 de março de 2007. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de Novembro de 2007. Brasília, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de

BRASIL. Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Resolução n. 02, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008<sup>a</sup>. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>

DECLARAÇÃO da Guatemala. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala, 1999.

Rosa Neto Francisco- Manual de avaliação motora: intervenção, ensino fundamental e educação especial. 3º ed. Ver.- Florianópolis: DIOESC, 2015.

Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:  
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>

Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque- Manual do Inventário Portage Operacionalizado: avaliação do desenvolvimento de crianças de 0-6anos- Curitiba: Juruá, 2018